

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**VIOLÊNCIA SOCIAL E SUAS
EXPRESSÕES NO PRESÍDIO
ESTADUAL DE SÃO BORJA – RS**

**Acadêmica: Mariane Machado Lacorte
Orientadora: Prof^a. Dra. Cristina Kologeski Fraga**

**SÃO BORJA/RS
2012**

MARIANE MACHADO LACORTTE

**VIOLÊNCIA SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NO PRESÍDIO
ESTADUAL DE SÃO BORJA – RS**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cristina Kologeski Fraga

**São Borja
2012**

MARIANE MACHADO LACORTTE

**VIOLÊNCIA SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NO PRESÍDIO
ESTADUAL DE SÃO BORJA – RS**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho Final de Graduação defendido e aprovado em 10 de janeiro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Cristina Kologeski Fraga
Orientadora
Serviço Social – Unipampa

Prof. Ms. Fabio Jardel Gaviraghi
Professor Convidado
Serviço Social – Unipampa

Dedico este trabalho aos meus amados pais, por todo o amor e carinho a mim dispensados, e a toda minha família, pelo constante incentivo à busca dos meus sonhos. Dedico também ao meu companheiro Juliano Antunes, por ser amoroso e paciente, e por lutar ao meu lado em busca de nossos objetivos. Esta é uma conquista de todos nós.

AGRADECIMENTOS

Este momento de registrar os agradecimentos foi repleto de emoções; várias lembranças surgiram de momentos felizes, e também daqueles em que a dificuldade esteve presente. Este foi o momento de lembrar aqueles que merecem meu agradecimento.

Agradeço à minha mãe Ana, por todos os sacrifícios a mim dedicados, por ter me ensinado o caminho do bem, e por ser a maior incentivadora dos meus estudos. Mãe eu amo muito você. Essa conquista é sua, pela mulher virtuosa e pela mãe maravilhosa que você sempre foi.

Ao meu pai José, pela paciência em me levar e me buscar todos os dias na faculdade e no campo de estágio, pai paciente que nem este não existe.

Ao meu companheiro Juliano, por todo carinho e amor a mim dedicados, pelo incentivo nas horas em que mais precisei, nas horas em que o cansaço tomava conta de mim, você me transmitiu força. Obrigada, seu incentivo foi essencial na etapa final de minha formação.

À minha irmã e dinda Ariane, minha “nana”, foi você que me ensinou a escrever minhas primeiras palavras. Sua maninha cresceu e agora comemora com toda a família essa conquista, que é o início de muitas outras que virão.

Agradeço também, aos meus professores da Escola Municipal Aparício Mariense, da Escola Estadual Viriato Vargas e do Colégio Estadual Getúlio Vargas, vocês foram meus grandes mestres, e fazem parte desta conquista também.

A todos meus familiares e amigos, que estiveram ao meu lado nesses quatro anos de formação, vocês foram importantíssimos neste processo, por me incentivarem à constante busca dos meus sonhos.

As assistentes sociais e minhas supervisoras de campo, Rosana Barasuol de Castro, Aline Henrich e Claudia Maurer, por me orientarem no processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, vocês contribuíram muito em minha formação profissional.

À minha querida orientadora, Cristina Kologeski Fraga, por me transmitir o interesse pela pesquisa, e por ser essencial nessa etapa de conclusão de curso. Obrigada Cris pela ajuda, pela orientação e pelo incentivo, vou sentir saudades. Não poderia deixar de agradecer também ao querido professor Fabio Jardel Gaviraghi pela atenção e disponibilidade em aceitar o convite para compor a Banca Examinadora deste TFG.

A todos os professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, por serem esses grandes mestres e excelentes profissionais, que me transmitiram o conhecimento, e o amor pelo Serviço Social acima de tudo.

Aos meus queridos colegas de curso, pelo companheirismo e pela troca de experiências. Desejo a todos vocês muito sucesso. Um agradecimento especial as minhas colegas e amigas de grupos de estudos e trabalhos: Elem Carpes, Jaiane Fontella, Vanessa Espíndola, Maria Camila Guimarães, Naila Quadros, Eliane Almeida, Arícia Oliveira e Franciele Schiefelbein. E as demais colegas queridas, que são tantas, tenho um carinho enorme por todas e vocês sabem disso, sintam-se todas agradecidas nesse momento.

Um carinho muito especial à Morgana, minha parceira de estágio, dos sofrimentos e ansiedades sentidas nesse processo, só nós sabemos o que passamos. Se não fosse você, não sei se suportaria sozinha, obrigada.

Agradeço aos funcionários do Presídio Estadual de São Borja, por serem tão receptivos e agradáveis no meu processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I. Vocês se tornaram meus grandes amigos. Agradeço também aos presos do PESB por se disponibilizarem a participar da minha pesquisa, vocês também fizeram parte dessa construção. Aos funcionários e pacientes do Hospital Ivan Goulart, por contribuírem no meu aprendizado profissional, no período de Estágio Supervisionado em Serviço Social II.

Finalmente não poderia deixar de agradecer a Deus, acima de tudo, pela vida, por ter me dado força e sabedoria. Deus é meu refúgio e minha fortaleza, Mestre dos Mestres e Senhor dos Senhores. Obrigada Senhor pelas bênçãos derramadas sobre minha vida e por mais esta conquista. Que tudo seja para a tua honra e para a tua glória!

Sucesso não é a chave para a felicidade;
Felicidade é a chave para o sucesso. Se você
ama o que faz, você será bem sucedido.

Albert Schweitzer

RESUMO

Este Trabalho Final de Graduação, fundamentado no método dialético-crítico, resulta de uma pesquisa que procurou investigar as expressões da violência social no Presídio Estadual de São Borja no Rio Grande do Sul. Esta proposta advém de inquietações surgidas no período de Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado no Presídio Estadual de São Borja (PESB). Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário à população carcerária do regime fechado deste presídio. Os resultados deste estudo revelam o perfil do interno do PESB e a situação de violência social vivenciada por este. Destaca-se a violência social como expressão da violência no PESB, estando esta intrínseca à ordem social e econômica vigente que exclui, pauperiza e marginaliza o sujeito que acaba vulnerável ao crime. Este processo de negação dos direitos básicos ao cidadão faz com que o preso viva o processo de exclusão, diversas vezes, antes de entrar na prisão, pela extrema situação de vulnerabilidade social que o impulsiona a praticar delitos, após vive o drama da exclusão gerada pelo enclausuramento na prisão, e quando liberto vive o estigma e o preconceito de ser um ex-presos.

Palavras-chave: Violência social - Serviço Social - Pena privativa de liberdade.

ABSTRACT

This Final Work Degree, based on the critical-dialectical method, results of a survey that sought to investigate the expression of social violence in the State Prison of São Borja in Rio Grande do Sul. This proposal stems from concerns raised in the period of Supervised Internship in Social Work, held at the State Prison of São Borja (PESB). As an instrument of data collection, a questionnaire was administered to the inmates of this prison from closed. The results of this study reveal the internal profile of the PESB and social situation of violence experienced by this. There is the violence as an expression of social violence in PESB, and this is intrinsic to social and economic force that excludes and marginalizes pauperize the guy who ends vulnerable to crime. This process of denial of basic rights to citizens makes the prisoner alive the process of exclusion, several times, before entering the prison, the extreme social vulnerability that drives the practice crimes, after living the drama of exclusion generated by confinement in prison, and released when living stigma and prejudice to be an ex-convict.

Keywords: Social Violence – Social Work – Penalty of imprisonment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Casa de correção 1898.....	17
Figura 02: Casa de correção – Vista de um aeroplano, 1925.....	18
Figura 03: Casa de Correção 1954.....	18

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gênero do interno do PESB.....	49
Gráfico 02: Etnia do interno do PESB.....	50
Gráfico 03: Idade do interno do PESB.....	51
Gráfico 04: Escolaridade dos internos do PESB.....	52
Gráfico 05: Origem do sustento do interno do PESB antes da prisão.....	53
Gráfico 06: Renda familiar do interno do PESB.....	54
Gráfico 07: Origem da renda familiar do interno do PESB.....	54
Gráfico 08: Estado civil do interno do PESB.....	55
Gráfico 09: Existência de filhos entre os internos do PESB.....	55
Gráfico 10: Número de filhos dos internos do PESB.....	56
Gráfico 11: Envolvimento em brigas na prisão.....	57
Gráfico 12: Violência sofrida na prisão.....	57
Gráfico 13: Tipo de violência sofrida na prisão.....	58
Gráfico 14: Risco de vida na prisão.....	58
Gráfico 15: Existência de entrada de armas na prisão.....	59
Gráfico 16: Existência de entrada de drogas na prisão.....	59
Gráfico 17: Dependência de drogas.....	60

LISTA DE SIGLAS

CTC – Comissão Técnica de Classificação

DPR – Delegacia Penitenciária Regional

FHC – Fernando Henrique Cardoso

TFG – Trabalho Final de Graduação

LEP – Lei de Execução Penal

PESB – Presídio Estadual de São Borja

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SSP – Serviço Social Penitenciário

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. SISTEMA PENITENCIÁRIO E SERVIÇO SOCIAL	16
2.1 O Sistema Penitenciário no Rio Grande do Sul.....	16
2.2 O Serviço Social Penitenciário	20
2.3 A pena privativa de liberdade e a função social da prisão.....	22
2.4 Violência extra e intramuros.....	29
2.5 Violência Social.....	32
3. OS CAMINHOS DA PESQUISA	38
3.1 Método dialético-crítico.....	38
3.2 A pesquisa em Serviço Social: processo investigativo.....	39
3.3 Metodologia da pesquisa: tipo e instrumentos.....	41
4. RESULTADOS DA PESQUISA	44
4.1 Instituição pesquisada.....	44
4.2 Perfil socioeconômico da população carcerária do PESB.....	49
4.3 Expressões da violência no PESB.....	57
4.4 Estágio Supervisionado em Serviço Social no PESB.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A	72
APÊNDICE B	79

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação (TFG) constitui-se uma exigência para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Desta forma apresenta a sistematização dos conhecimentos apreendidos ao longo do processo de formação profissional em Serviço Social e da temática inerente a este estudo, as expressões da violência no Presídio Estadual de São Borja.

Durante o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social, procurou-se conhecer o espaço socioocupacional e os sujeitos envolvidos no processo de detenção, bem como as diversas formas de manifestação da questão social. Assim, surgiu o interesse em investigar a realidade da violência social expressa nessa instituição.

Dessa forma, com o objetivo de estudar essa realidade, optou-se pela realização de um projeto de pesquisa, intitulada: “Expressões da Violência Social no Presídio Estadual de São Borja - RS”, a qual faz parte do projeto: A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência da pessoa privada de liberdade no Presídio Estadual de São Borja/RS, sob a coordenação da prof^a. Dra. Cristina Fraga.

Pretendeu-se, por meio desta pesquisa, analisar as diversas formas de expressão da violência social identificadas no Presídio Estadual de São Borja, abordando o contexto institucional da casa prisional e as relações sociais que se estabelecem entre os atores sociais que vivem o drama do cárcere. Buscou-se lançar um novo olhar ao espaço prisional, contextualizando o processo da violência e da criminalidade.

Para além disso, este estudo problematizou sobre o sistema penitenciário atual, sobre a crise ou falência desse sistema. Buscou-se ainda desvelar a realidade cotidiana da violência dentro e fora da prisão, tarefa desafiadora, pois envolve atores sociais que vivem imersos no mundo da criminalidade, o que, denotou concretude e dados de realidade a esta pesquisa.

Também se pautaram como objetivos específicos: identificar o perfil socioeconômico do interno do Presídio Estadual de São Borja, com vistas a analisar o processo de vulnerabilização dos sujeitos pesquisados, possibilitando a intervenção do assistente social nessa demanda; e identificar as formas visíveis e invisíveis de violência vivenciadas pelos internos do Presídio Estadual de São Borja, para então conhecer as possibilidades de intervenção.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa e foi realizada no segundo semestre de 2011. Utilizou-se da aplicação de questionários que foram enviados à totalidade de internos do regime fechado, prezando pela ética em todo o processo

da pesquisa, de forma que, os sujeitos foram preservados e respeitados no seu direito de participar ou não da pesquisa.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: após essa introdução, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico que alicerça a pesquisa realizada no PESB. Para tanto, buscou-se realizar um breve resgate da trajetória do Serviço Social no Sistema Penitenciário no Rio Grande do Sul. Aborda-se também, a questão da pena privativa de liberdade e a função social da prisão, discutindo a questão da violência, vivenciada dentro e fora do cárcere, com vistas a vislumbrar seus rebatimentos no universo do sujeito encarcerado. Procurou-se dar ênfase na questão da violência social, enquanto expressão da violência no Presídio Estadual de São Borja.

O terceiro capítulo aborda os caminhos percorridos pela pesquisa, discorrendo sobre o processo investigativo e metodológico a partir do método crítico dialético. Explicita ainda, o tipo da pesquisa, os instrumentos utilizadas no decorrer desse processo, bem como o método utilizado para a análise dos dados obtidos.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, buscando desvelar a realidade institucional do Presídio Estadual de São Borja, apreendida durante o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social a partir do Diagnóstico Institucional. Apresentam-se também os dados obtidos através da aplicação dos questionários com os internos.

Por fim, nas considerações finais, serão tecidas algumas reflexões sobre a importância do Serviço Social no sistema carcerário. Descreve-se ainda, as análises pertinentes a este estudo, realizando uma síntese da pesquisa relatada, de modo a analisar o processo da violência social apreendida no contexto carcerário de São Borja.

2. SISTEMA PENITENCIÁRIO E SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo desenvolver o referencial teórico que alicerça a pesquisa: Expressões da Violência no Presídio Estadual de São Borja - RS, de forma a possibilitar maior compreensão acerca da temática proposta. Para tanto, o presente capítulo foi dividido em cinco itens, os quais possibilitam primeiramente uma breve introdução sobre o Sistema Penitenciário no Rio Grande do Sul, para melhor entender o funcionamento deste.

Estrutura-se ainda, uma reflexão acerca da pena privativa de liberdade e a função social da prisão de modo a desvelar e problematizar o objeto de estudo. Discute-se também a questão da assistência social ao preso, enquanto direito previsto em lei e como a violência se manifesta dentro e fora da prisão e quais seus rebatimentos na realidade vivenciada pelos sujeitos dessa pesquisa.

2.1 O Sistema Penitenciário no Rio Grande do Sul

Os primeiros dados sobre a aplicação da pena privativa de liberdade no Rio Grande do Sul remetem a antiga Cadeia Velha, em Porto Alegre, que se estima ter iniciado suas atividades em 1812 (WOLFF, 1990). A Cadeia Velha mantinha-se de forma precária, sendo que a criação de um novo presídio era impossibilitada pela falta de recursos (WOLFF, 1990).

Sobre esta falta de recursos, pronuncia-se Espiridião Eloy de Barros Pimentel em 1864, propondo então que ao invés dos recursos, que eram insuficientes para a criação de prisões em boas condições, “serem aplicados um pouco em cada município, fossem concentrados em algumas cidades-pólos” (WOLFF, 1990, p. 71).

Dessa forma, “as regionais deveriam ser instaladas na capital, nas cidades de Rio Grande, São Gabriel, Bagé e Alegrete e nas vilas de Cruz Alta e São Borja” (WOLFF, 1990, p. 71). Destaca-se o fato de que, naquela época, o município de São Borja ainda era uma vila. As construções desses presídios nessas localidades deveriam ocorrer de forma sucessiva (WOLFF, 1990, p. 70).

De acordo com Wolff (1990) a Cadeia Velha foi desativada em 1835, sendo reutilizada durante a Revolução Farroupilha. Em 1841, o prédio foi desativado, período em que os presos da Cadeia Velha “foram transferidos para o quartel do 11º Batalhão” (WOLFF, 1990, p. 71).

As prisões no Rio Grande do Sul eram subordinadas às autoridades policiais, esta subordinação regulamentava-se pela Lei nº 11 de 04 de janeiro de 1896, assinada pelo então Presidente do Estado Júlio Prates de Castilhos (WOLFF, 1990). Em 1937, através do decreto nº 6860, organiza-se o “serviço policial do Estado” (WOLFF, 1990, p. 73).

Já em 1938, o decreto nº 7601 “estrutura a polícia de carreira e cria a Diretoria de Presídios e Anexos” (WOLFF, 1990, p. 73). Esta Diretoria administrou as instituições prisionais até o ano de 1953, quando essa administração passou a estar vinculada à Secretaria do Interior e Justiça, e não mais à Secretaria de Segurança Pública (WOLFF, 1990).

Após as discussões sobre o aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul, em 1853, cria-se a Cadeia Civil, que teve seu primeiro pavilhão pronto em 1855, sendo este com capacidade para 200 presos (WOLFF, 1990). A Cadeia Civil passou a ser chamada de Casa de Correção a partir de 1897 (WOLFF, 1990). Na sequência, podem ser vistas as imagens da Casa de Correção nos anos de 1898, 1925 e 1954 respectivamente:

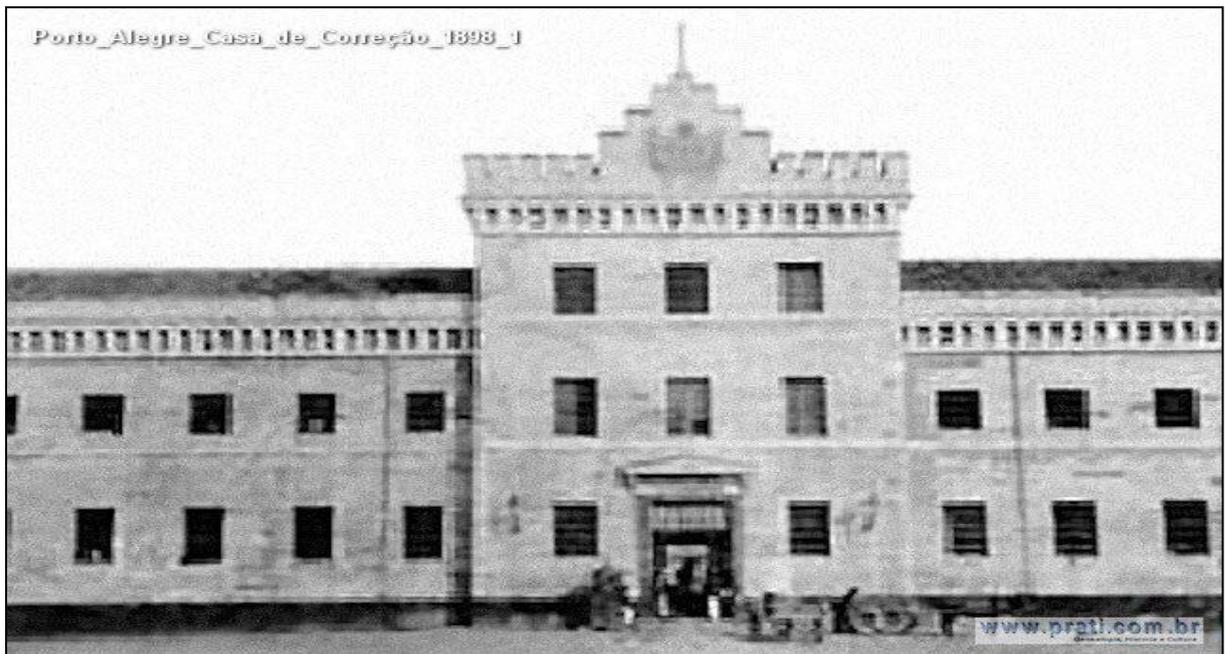


FIGURA 01 - Casa decorreção1898

Fonte:http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/PortoAlegre/Porto_Alegre_Casa_de_Corre%C3%A7%C3%A3o_1898_1.htm



FIGURA 02 - Casa de correção – Vista de um aeroplano, 1925

Fonte:http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/PortoAlegre/Porto_Alegre_Casa_de_Corre%C3%A7%C3%A3o_vista_de_um_aeroplano_1925.htm



FIGURA 03 - Casa de Correção 1954

Fonte:http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/PortoAlegre/Porto_Alegre_Casa_de_Corre%C3%A7%C3%A3o_1954.htm

Tais fotos remetem a visão de um presídio sombrio, não que todos não o sejam, mas este com altos muros parecia um castelo medieval. Por de trás desses muros, viveu-se um passado de dor, humilhação e sofrimento de muitos, principalmente dos presos políticos.

A Casa de Correção foi demolida em 1962, após ser incendiada, onde “sua demolição, no Governo Leonel Brizola, significou a expiação de um passado de dor e humilhações” (WOLFF, 1990, p. 81). Talvez o que a resume é o pensamento de Maria Ribeiro da Silva Tavares citada por Wolff (1990), que expõe:

Aquela obra que então se considerou extraordinária, semelhando sua arquitetura a um castelo medieval, hoje, na volta do gazômetro, pesada, lúgubre, antiquada, é um escárneo ao regime penitenciário. Lembra um grande mausoléu, que embora caído e algumas vezes enfeitado com flores, esconde a treva, a miséria, a corrupção e a podridão dos túmulos (TAVARES, 1948, p. 28 apud WOLFF, 1990, p. 81).

Até 1924, os presos que eram doentes mentais, permaneciam internos na Casa de Correção (WOLFF, 1990). Somente a partir de agosto de 1924 esta situação foi regulada, pelo decreto nº 3.356, assinado por Borges de Medeiros, sendo que os doentes mentais que fossem presos seriam atendidos pelo Manicômio Judiciário (WOLFF, 1990).

O Manicômio Judiciário exerceu suas atividades nas dependências do Hospício São Pedro, até possuir prédio próprio (WOLFF, 1990). Em 1938, o Manicômio judiciário, passou a se chamar Manicômio Judiciário Dr. Maurício Cardoso, após e até os dias atuais de Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso (WOLFF, 1990).

Até 1939, as mulheres presas também cumpriam sua pena na Casa de Correção (WOLFF, 1990). Nesse período foi criado o Reformatório de Mulheres Criminosas, que após passou a se chamar Instituto Feminino de Readaptação Social, posteriormente e até os dias atuais chamado de Penitenciária Feminina Madre Pelletier (WOLFF, 1990).

Em 1959 inaugura-se o presídio Central de Porto Alegre (WOLFF, 1990). E Em 1968, cria-se a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), a qual passou a ser “o órgão de planejamento e execução da política penitenciária” (Wolff, 1990, p. 105). A criação da SUSEPE marca um avanço na ressocialização do preso, pois passou a fomentar algumas mudanças no tratamento direcionado a estes (WOLFF, 1990). O próximo item discute sobre a criação do Serviço Social Penitenciário.

2.2 O Serviço Social Penitenciário

O Serviço Social é uma profissão de nível superior da área das Ciências Sociais Aplicadas, inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2009) e regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Constitui-se uma área de atuação profissional ampla, o que possibilita ao assistente social atuar em diferentes espaços socioocupacionais.

O Serviço Social no campo jurídico, mais especificamente no espaço penitenciário vem construindo sua trajetória no Rio Grande do Sul há vários anos. Segundo Ferreira (1990) apud Guindani (2001, p. 39-40): “[...] iniciou suas atividades em 1944, em caráter não oficial, junto à extinta Casa de Correção de Porto Alegre. Somente em 1951 o exercício dessa profissão foi regulamentado nas casas prisionais do Rio Grande do Sul, por meio da Lei n. 1.651”.

O Serviço Social Penitenciário (SSP) no Estado do Rio Grande do Sul iniciou suas atividades com uma estagiária acadêmica de Serviço Social, Maria Ribeiro da Silva Tavares, a partir de visita por ela realizada na Casa de Correção de Porto Alegre em 1944, onde realizou alguns estudos juntamente com os presos (VACILOTTO, 1991).

Em 1947 surgiu o Patronato Lima Drumond¹, e com ele a necessidade da implantação do SSP, necessidade também indicada na 3ª Conferência Penitenciária Brasileira, realizada em 1949 no Rio de Janeiro (VACILOTTO, 1991). Dessa forma, em 1951 assina-se a Lei nº 1.651, que regulamentou então o exercício da profissão de Serviço Social nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio Grande do Sul (VACILOTTO, 1991).

Wolff (1990) destaca que, o Serviço Social Penitenciário, implantado por Maria Tavares, foi o início da humanização do sistema penitenciário do Estado. Ressalta-se que “[...] o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a introduzir o Serviço Social nas prisões [...]” (WOLFF, 1990, p. 90).

Em 1973, a equipe profissional do SSP, contava com 10 assistentes sociais, distribuídos pelas instituições prisionais do Estado (VACILOTTO, 1991). É importante ressaltar que, nessa época, os profissionais realizavam suas atividades embasados na teoria funcionalista (VACILOTTO, 1991), onde esta atuação “[...] também exercia uma função de

¹ “[...] instituição intermediária entre a prisão e a liberdade [...]” (WOLFF, 1990, p. 85). “Buscava apoiar o preso no período de transição para a liberdade, atendendo juntamente com sua família e propiciando sua colocação e aprendizado profissional” (TAVARES, 1989 apud WOLFF, 1990, p. 86).

controle, partindo do pressuposto que a sua intervenção voltava-se muito para a manutenção de um clima favorável entre direção, agentes penitenciários, funcionários e presos” (VACILOTTO, 1991, p. 157).

Ainda no início da década de 1980 o SSP era norteado pela teoria funcionalista e positivista, dessa forma sua intervenção era realizada a partir do atendimento individual, grupal e comunitário (VACILOTTO, 1991). Os assistentes sociais do Presídio Central utilizavam-se dos seguintes instrumentos:

- 1- Atendimento Individual: 1.1 - Entrevistas de entrada; 1.2 - Entrevistas de acompanhamento; 1.3 - Elaboração de pareceres psicossociais, estudos sociais ou estudos socioeconômicos; 1.4 - Atendimento aos Plantões de galerias; 1.5 - atendimentos gerais; 1.6 - Entrevistas de saída; 1.7 - Confecção e atualização de documentos; 1.8 - Atendimento a familiares; 1.9 - Providências externas.
- 2- Atendimento Grupal: 2.1- Reuniões com ingressantes primários; 2.2 – Reuniões com plantões de galeria; 2.3 – Reuniões nas galerias; 2.4 – Reuniões com presos que aguardavam serviço externo ou livramento condicional.
- 3- Atendimento Comunitário: 3.1 – Coordenação do jornal “Voz do Cárcere”; 3.2 – Assessoramento ao grupo de voluntários; 3.3 – Organização de atividades festivas; 3.4 – Auxílio alimentar às famílias carentes; 3.5 – Promoções sociais e culturais (VACILOTTO, 1991, p. 158-159).

Tais instrumentos eram utilizados nos atendimentos de caso, grupo e comunidade. A partir da análise da forma funcionalista, como a profissão vinha desempenhando seu papel na instituição carcerária fica evidente que a atuação profissional estava muito mais centrada no ajustamento do sujeito, enquanto um desajustado da sociedade do que a busca pela efetiva reintegração social do preso.

A partir do Movimento de Reconceituação da profissão², começa a se repensar o Serviço Social Penitenciário (VACILOTTO, 1991). Desde então, a realidade começa a ser pensada na perspectiva dialética, analisando as contradições advindas da desigualdade social, passando a encarar o preso enquanto participante de um processo de exclusão social (VACILOTTO, 1991).

Com o Movimento de Reconceituação novas questões surgiram para a profissão, mas “as dificuldades na aplicabilidade da Lei de Execução Penal [...] revelaram-se como fator

² “[...] movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo e de sua fundamentação na visão marxista da história e da estrutura” (FALEIROS, 2005, p. 21), ou seja, “[...] um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante [...]” (FALEIROS, 2005, p. 22).

impeditivo para o avanço das novas questões do Serviço Social” (VACILOTTO, 2001, p. 162), o que ainda se percebe na realidade carcerária.

Com a criação da Lei de Execução Penal, os assistentes sociais passaram a integrar a Comissão Técnica de Classificação³ (CTC), que passou então a existir nos estabelecimentos prisionais (VACILOTTO, 1991). A partir de então o Judiciário começa a solicitar pareceres técnicos aos assistentes sociais (VACILOTTO, 1991). Tais pareceres ainda constituem-se uma das maiores demandas dos assistentes sociais no sistema penitenciário.

A classificação realizada pela CTC deveria proporcionar a individualização da pena⁴, mas devido à sobrecarga de trabalho e a excessiva demanda de pareceres, o tratamento individualizador da pena fica esquecido e inviável na realidade do sistema carcerário. Estes fatores, de certa forma, diminuem a possibilidade de reintegração do preso à sociedade. O próximo item abordará a questão da pena privativa de liberdade e a função social da prisão, destacando os desafios da reintegração social.

2.3 A pena privativa de liberdade e a função social da prisão

Este item problematiza sobre o sistema penitenciário atual, refletindo sobre a crise deste sistema. Percebe-se que, o tão sonhado discurso da ressocialização, onde “[...] é notório o descompasso entre o ideal consagrado pelo discurso penal e a realidade do sistema penitenciário” (MINHOTO, 2005, p. 229), não atinge seus objetivos.

Dessa forma, busca-se nesse momento, relembrar a trajetória das penas, fazendo uma reflexão sobre a pena privativa de liberdade e a função social da prisão, discutindo as possibilidades da ressocialização no sistema penal. O objetivo das penas é a reabilitação, a ressocialização, a reeducação e a reintegração social dos sujeitos, mas através do resgate histórico das penas, pode-se perceber que nem sempre elas tiveram esta finalidade (PIRES, 2008).

Segundo Pires (2008), a trajetória histórica das penas demarca cinco fases: Vingança Privada, Vingança Divina, Vingança Pública, as quais puderam ser observadas no período

³ A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade (LEP, Art. 7º).

⁴ O capítulo I do título II da LEP trata da classificação do condenado e do internado, afirmando em seus artigos 5º e 6º respectivamente, que “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” sendo que, “A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório”.

anterior ao século XVIII; Período Humanitário, que corresponde ao fim do século XVIII até meados do século XIX e a partir de então, o Período Criminológico, também chamado de Período Científico.

As cinco fases citadas anteriormente, se dividem em dois paradigmas de crime e pena (PIRES, 2008). As fases de Vingança Privada, Vingança Divina e Vingança Pública, inserem-se no Paradigma da Vingança (PIRES, 2008) onde:

[...] a punição é concebida como vingança pelo mal sofrido (crime/desvio às normas) e se caracteriza pelo arbítrio, pela desproporcionalidade entre ofensa e punição, pela diferenciação de classe na definição e aplicação das penas e pela natureza cruel das mesmas. Caracteriza-se também por tomar o corpo do condenado como alvo da punição e por delegar à prisão a função de custódia, preponderantemente (PIRES, 2008, p. 2-3).

Nas fases do Paradigma da vingança, o mal praticado é o crime, e a vingança é a pena, sendo que a responsabilidade e o poder de julgar e definir a punição, além de aplicá-la direta ou indiretamente, é do destinatário do mal praticado (PIRES, 2008).

Na Vingança Privada “o alvo é o indivíduo, cabendo a ele ou à sua família/grupo social vingar-se do ofensor” (PIRES, 2008, p. 03); na Vingança Divina “é a divindade (Deus ou Deuses), sendo atribuído aos seus representantes (sacerdotes) o poder de definir o tipo de pena e a responsabilidade, direta ou indireta, por sua aplicação” (PIRES, 2008, p. 03) e na Vingança Pública “o ofendido é a autoridade pública (o rei, o príncipe – o soberano), sendo a ela conferido tal poder e o encargo, igualmente direto ou indireto, da execução da pena” (PIRES, 2008, p. 03).

No período do Paradigma da Vingança as penas eram desproporcionais ao crime praticado porque dependia do julgamento de quem praticava a vingança, ou seja, do ofendido, sem qualquer restrição legal (PIRES, 2008). Nesse período as penas deveriam causar sofrimento físico (PIRES, 2008).

Pires (2008) destaca outra característica do Paradigma da Vingança, a distinção de classes, que definia como as penas seriam aplicadas. Para as classes abastadas, a pena era menos severa, já para menos abastados, a punição era mais cruel, podendo ser até de morte (PIRES, 2008).

Já o Período Humanitário e o Período Criminológico, mesmo compreendendo fases distintas, inserem-se no Paradigma de Recuperação (PIRES, 2008). Neste paradigma, diferentemente do Paradigma da Vingança, só é crime aquilo que está fixado na lei, e a pena é fixada de acordo com o que prevê a legislação sobre o crime específico que é praticado

(PIRES, 2008). Sendo responsabilidade do Estado definir o que é crime, julgar e executar a pena (PIRES, 2008).

De acordo com Pires (2008), no Paradigma da Vingança a pena tinha a função de vingança, punindo o infrator para servir de exemplo para os outros. Já no Paradigma da Recuperação a pena ganha a função de defesa social, tem caráter preventivo e ressocializador (PIRES, 2008). As penas que incidiam sobre o corpo do condenado, passam a ser substituídas pela pena privativa de liberdade, e:

Se antes, no Paradigma da vingança, a prisão era apenas espaço de guarda até a execução da verdadeira pena que se direcionava para causar sofrimento ao corpo, agora ela é local de cumprimento de sanção penal: a privação de liberdade, cuja incidência prioritária não é mais o corpo, mas, com diz Michael Foucault, a alma do condenado (PIRES, 2008, p. 06).

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 32 dispõe sobre as espécies de penas, que são as seguintes: “I - privativas de liberdade; II- restritivas de direitos; III- de multa”. A prisão hoje é destinada para o cumprimento da pena privativa de liberdade, que é uma das espécies de pena dispostas no Código Penal Brasileiro, e que de acordo com Alves (2003) foi institucionalizada em 1940. De acordo com Foucault:

A recuperação do condenado como objetivo principal da pena é um princípio sagrado cuja aparição formal no campo da ciência e principalmente no da legislação é bem recente (Congresso Penitenciário de Bruxelas, 1847). [E a comissão amor, de maio de 1945, repete finalmente]: A pena privativa de liberdade tem como objetivo principal a recuperação e a reclassificação social do condenado (Princípio da Correção) (FOUCAULT, 1987, p. 224).

Os debates sobre a pena privativa de liberdade são muitos, e atualmente se discute se a pena privativa de liberdade conseguiu alcançar seu objetivo, que é a ressocialização e a reintegração social. Ressalta-se que “os ‘re’ acrescidos como prefixos nestas palavras denotam um ‘fazer de novo’, repetir um processo que, a princípio, deveria ter sido efetivado satisfatoriamente durante a trajetória de vida do indivíduo” (PIRES, 2008, p. 08). Bitencourt afirma que:

A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre uma função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (BITENCOURT, 1990, p. 250).

Pode-se inferir que, a pena privativa de liberdade sozinha, da forma como vem sendo realizada, não alcança seus objetivos. Ocorre que, o preso é jogado dentro de uma cela e dali

só sai quando termina o cumprimento de sua pena sem que seja realizado nenhum tipo de trabalho que vise à reintegração social. Dessa forma, ela não cumpre totalmente seu papel na sociedade, que é a ressocialização. Segundo Mendonça e Pessoa (2008):

Atualmente, o que se discute bastante é a defesa, cada vez maior, da extinção gradativa da pena privativa de liberdade e da abolição de alguns tipos penais, ou seja, o direito penal mínimo. Essa corrente vem ganhando força cada vez mais devido a ineficácia da pena de prisão que, enquanto não chegar o mais próximo possível da concretização de seus objetivos, o sistema penitenciário deve adotar medidas que valorizem o trabalho prisional, a assistência educacional e prisional, o contato com o mundo exterior, além de respeitar os direitos humanos de cada indivíduo (MENDONÇA e PESSOA, 2008, p. 72).

Apesar das discussões, a pena privativa de liberdade ainda é a única forma de punir e controlar os casos graves de criminalidade, até o momento em que seja possível o tratamento ressocializador que alcance esse objetivo. Fernandes destaca que:

Mesmo com as tentativas de sua abolição, como fez-se com a tortura e a pena de morte, é, ainda, a pena privativa de liberdade a espinha dorsal de todo o sistema penal. Apenas, procura-se aplicá-la com um caráter mais excepcional, em consonância com a Teoria da Intervenção Mínima, até porque ela não se enquadra no Estado Democrático de Direito, nem no objetivo ressocializador da pena, cujo elemento nuclear é o desenvolvimento da personalidade e dignidade da pessoa. Mas, é tida como a única sanção aplicável em casos de grave criminalidade e de multirreincidência (FERNANDES, 1999, p. 01).

A partir dessas afirmações, “[...] chega-se a conclusão de que a pena privativa de liberdade é um instituto falido, posto que não atinge seus fins de prevenção e de ressocialização” (BIZATTO, 2005, p. 83). Nessa perspectiva, deve-se pensar num planejamento e numa reformulação do atual sistema, para então se alcançar o objetivo da pena privativa de liberdade, esta que já nasceu falida.

Após refletir sobre a pena privativa de liberdade, torna-se importante discutir sobre a função social da prisão, esta que é “[...] o mecanismo mais medieval para punir o ser humano por um delito” (SIQUEIRA, 2001, p. 63). Sua existência ainda se deve ao fato de impor medo, onde os que a temem se vêm desestimulados a praticar delitos (SIQUEIRA, 2001).

Segundo Siqueira (2001) a prisão para a sociedade capitalista, revela-se enquanto mecanismo de controle das massas, pois as leis penais e penas privativas de liberdade destinam-se a proteger o patrimônio e a vida. Levando em consideração o fato de que a grande parte da população, que é excluída da sociedade, não possui patrimônio, estas leis servem à classe dominante (SIQUEIRA, 2001).

Siqueira (2001) aponta outra questão negativa da função social da prisão, onde ela passa para o cidadão “[...] a idéia de que os acontecimentos engendrados pela prisão são

necessários para a harmonia e a ordem da sociedade” (p. 64). Esta função está intrínseca a uma ordem econômica da sociedade capitalista (SIQUEIRA, 2001).

Dessa forma, para que a classe dominante pudesse manter a ordem, era necessário um instrumento que mantivesse a disciplina, para isso serviu e ainda serve a prisão até os dias atuais (SIQUEIRA, 2001). Sendo assim, a prisão é um espaço que necessita muito da intervenção dos assistentes sociais, visto que é um espaço desafiador para a luta pelos direitos humanos e sociais e por condições dignas de cumprimento da pena privativa de liberdade, e consequente possibilidade de reintegração à sociedade.

Para tanto, o exercício profissional do Serviço Social dentro do sistema carcerário exige um profissional com competências: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Estas competências são necessárias para que o profissional desenvolva um trabalho, comprometido, crítico e propositivo, voltado para a plena garantia dos direitos sociais dos usuários.

Tratando-se da competência ético-política, é fundamental que o assistente social tenha um posicionamento político frente às demandas sociais, pois sua prática profissional está inserida no contexto das relações de poder da sociedade capitalista (SOUSA, 2008). Para tanto, é necessário que o profissional tenha clareza da direção social da profissão, assumindo valores ético-morais, estes sustentados pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (SOUSA, 2008).

É necessário também, que o profissional seja “qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha” (SOUSA, 2008, p. 122), permitindo-se, dessa forma, enxergar a dinâmica da sociedade para além do aparente. Para tanto, deve possuir competência teórico-metodológica.

Por fim, a competência técnico-operativa, permite ao assistente social se apropriar e desenvolver habilidades técnicas para realizar seu trabalho junto à população usuária de seu serviço e aos espaços socioocupacionais (SOUSA, 2008). Essas três dimensões de competências devem ser desenvolvidas de forma articulada, prezando pela inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho e pela afirmação dos princípios éticos da profissão.

O assistente social inserido no sistema penitenciário deve também apropriar-se das políticas, leis e normas que regem esse espaço socioocupacional, tais como a Política Nacional de Segurança Pública, Lei de Execução Penal (LEP) e o Regimento Disciplinar Penitenciário. Isto se faz necessário para compreender o funcionamento deste sistema.

Para tanto, o assistente social inserido no sistema penitenciário, enquanto espaço socioocupacional de atuação profissional, deve ter conhecimento acerca do Plano nacional de Segurança Pública. Isto é necessário para compreender os avanços e retrocessos históricos da Segurança Pública no Brasil.

Dessa forma, busca-se brevemente refletir sobre o Plano Nacional de Segurança Pública, a partir de Soares (2007). O autor tece algumas considerações e descrições acerca dos planos que prescrevem políticas de segurança pública no Brasil, no período de 2000 a 2007.

No período do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Presidente do Brasil, vários ministros juntamente com secretários nacionais de segurança gestavam lentamente um plano nacional de segurança pública, quando ocorreu o sequestro do ônibus 174 na Zona Sul do Rio de Janeiro (SOARES, 2007). Este fato impulsionou que fosse definida a agenda nacional para a segurança (SOARES, 2007).

Acontecido isso, uma semana após, a nação brasileira conheceu o primeiro plano de segurança pública do Brasil (SOARES, 2007). Mas, “o documento apresentado à nação como um plano não atendia aos requisitos mínimos que o tornassem digno daquela designação” (Soares, 2007, p. 84).

Já no ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto pré-candidato à Presidência da República apresenta à nação o Plano Nacional de Segurança Pública (SOARES, 2007). Quanto eleito, coube à Secretaria Nacional de Segurança Pública aplicar o Plano, o que após algum tempo não foi levado adiante de forma integral (SOARES, 2007). De acordo com Soares:

As características elementares do Plano Nacional de Segurança Pública do primeiro mandato do presidente Lula eram originais: tratava-se de um conjunto de propostas articuladas por tessitura sistêmica, visando a reforma das polícias, do sistema penitenciário e a implantação integrada de políticas preventivas, intersetoriais (SOARES, 2007, p. 89).

No que tange a reforma do sistema penitenciário, segundo o autor, haveria investimento em penas alternativas e seriam dadas as condições necessárias para que a LEP fosse respeitada dentro do sistema penitenciário. Visto que são grandes os desafios para a garantia da aplicabilidade da Lei de Execução Penal.

A Lei de Execução Penal, instituída pela Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984, em seu Art. 1º diz que “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Tal objetivo proposto na LEP não se efetiva na realidade carcerária brasileira.

Para que o objetivo da integração social do preso seja garantido na prática, faz-se necessário que o trabalho realizado pelo Serviço Social juntamente com as outras profissões atuantes no sistema penitenciário, com vistas ao tratamento penal, seja norteado pela prática instituinte. Sobre a prática instituída e a prática instituinte, Guindani diz:

A partir da descrição de uma prática instituída voltada principalmente para a perícia social – elaboração de laudo/parecer social -, pretendo sugerir uma prática instituinte, onde o foco de atuação do assistente social, o tratamento penal, seja a vulnerabilidade social (Zaffaroni, 1990) no processo de criminalização dos sujeitos apenados (GUINDANI, 2001, p. 38-39).

De acordo com a autora, na década de 1990, a profissão perde a identidade da categoria, realizando muitas vezes o papel de “executor de laudos”, ficando o tratamento penal em segundo plano. Isto se deve ao fato de que com a criação da LEP em 1984 “o Serviço Social desarticula-se teórica e politicamente devido às novas prioridades colocadas pela política penitenciária do Estado” (GUINDANI, 2001, p. 40).

Sem dúvida que a LEP constitui-se um avanço inegável no tratamento penal e no acesso dos direitos dos presos, mas ainda faltam as condições necessárias para que a Lei se efetive. Da mesma forma, o Serviço Social necessita de condições de trabalho para que possa lutar pela garantia de tratamento penal de acordo com o que prevê a Lei.

De acordo com Siqueira (2001, p. 53), “a legislação brasileira proporciona amplas garantias para proteção dos direitos humanos dos detentos. Contudo, em muitas instituições penais, essas leis não são cumpridas”. Entra em discussão nesse momento a questão da assistência social como direito do apenado.

O direito à assistência social é garantido na LEP, nos Arts. 22 e 23 e seus parágrafos, onde é definido que “A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”. Dessa forma, incumbe ao serviço de assistência social:

- I – conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;
- II – relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e dificuldades enfrentados pelo assistido;
- III – acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
- IV – promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
- V – promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno a liberdade;
- VI – providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente de trabalho;
- VII – orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Ainda na LEP, no Art. 25 é garantida a assistência ao egresso, que consiste: “I – na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade”. De acordo Art. 27, o serviço de assistência social também colaborará para que o egresso obtenha emprego. Para a garantia desses direitos, previstos em lei, é necessário que o assistente social seja comprometido com a profissão e com o usuário, pois:

O enfrentamento da problemática da violação dos direitos humanos da população carcerária supõe uma reflexão crítica que esteja em consonância com um projeto profissional, comprometido com valores democráticos e emancipatórios da população e que busque construir uma nova forma de exercício profissional nestas instituições (TORRES, 2001, p. 77).

O Serviço Social insere-se nessa luta contra a violação dos direitos dos presos e da sociedade em geral, prezando pela igualdade de direitos e pela cidadania plena. Além disso, defende os direitos previstos e garantidos em Lei e a plena efetivação da Lei de Execução Penal no sistema penitenciário.

Para atender as disposições da LEP, foi criado a partir do Decreto nº 46.534, de 04 de Agosto de 2009, o Regimento Disciplinar Penitenciário do Rio Grande do Sul, que em seu Art. 1º diz o seguinte:

Fica aprovado o Regimento Disciplinar Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, que é publicado em anexo ao presente Decreto, para atender às disposições da Lei de Execuções Penais, Lei Federal nº 7.210/1984, visando estabelecer os princípios básicos da conduta, disciplina e direitos dos presos no Sistema Penitenciário do estado do Rio Grande do Sul.

O Regimento Disciplinar Penitenciário é mais uma forma de garantir os direitos da pessoa privada de liberdade, assim como estabelecer princípios de conduta e disciplina e deveres do preso. Espera-se que esse regimento seja utilizado não somente para manter a ordem e a disciplina nos ambientes prisionais, mas também como subsídio legal para a defesa dos direitos do preso. O próximo item discutirá sobre a violência dentro e fora da prisão e como ela se manifesta na realidade dos sujeitos desta pesquisa.

2.4 Violência extra e intramuros

Este item busca refletir sobre a violência extra e intramuros da prisão, discorrendo sobre seu conceito e como ela se manifesta na realidade. Nesse sentido se ajuza ao olhar

inquieta e cuidadoso que procura ver para além do aparente, demonstrando postura crítica e investigativa, características necessárias no processo de trabalho do Assistente Social. Pois:

Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender a entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional. A ausência dessa postura pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária (FRAGA, 2010, p. 52).

Sendo a violência “[...] pauta da sociedade” (FRAGA, 2009, p. 150), sua manifestação dentro e fora das prisões é um tema atual que merece a atenção dos pesquisadores. A violência retrata a atual situação da sociedade, que cada vez mais tem seus direitos negligenciados e a ordem ferida, tornando-se refém desta. Pois:

Diante de uma violência difusa, que permeia todo o tecido social, todos se sentem igualmente ameaçados, porque a violência assume um caráter de imprevisibilidade. Indiferente à forma que possa assumir, ao lugar onde possa ocorrer, a quem possa se dirigir ou quem possa praticá-la, a violência impõe-se como um ingrediente que orienta as práticas sociais do cotidiano, estas últimas orquestradas pela perplexidade e afinadas pelo medo e pela insegurança (ALMEIDA, 2005, p. 219).

Indiferentemente de classe social, gênero, etnia, todos os dias, a sociedade em geral sente-se ameaçada pela violência, o que Odália (2001, p. 10) chamaria ironicamente de “democracia na violência”. Ela está presente em nosso cotidiano fazendo com que todos vivam o drama da insegurança e do medo até o dia em que as políticas públicas demonstrarem real intervenção nos problemas sociais advindos da criminalidade, violência e falta de segurança. Michaud afirma que:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10).

Percebe-se que a violência produz efeito negativo ao sujeito vítima de sua ação, podendo causar dano físico, moral, patrimonial entre outros. Ela destrói a natureza de um ser ou grupo (SILVA, 2003). Lembrando que a violência se expressa de múltiplas formas, pois em geral quando se fala de violência, primeiramente se pensa a violência física, que é “[...]”

sua primeira imagem, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão” (Odália, 1991, p. 09). Mas deve-se pensar que a violência:

Pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história despreziosa, a indiferença ante o sofrimento alheio, [...] (SOARES, 2005, p. 245).

Dessa forma, pode-se inferir que a violência se expressa de diversas formas e em diferentes situações, sendo que “o ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação” (ODÁLIA, 1991, p. 23), passando muitas vezes despercebidos na sociedade. Nesse sentido “Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas” (ODÁLIA, 1991, p. 23).

De forma a superar a aparência da violência, a presente pesquisa partiu do interesse em desvelar a realidade cotidiana do interno do Presídio Estadual de São Borja dentro e fora da prisão. Esta tarefa é desafiadora, pois envolve atores sociais que vivem imersos no mundo da criminalidade, e que, por isso, trouxe concretude e dados de realidade a esta pesquisa. A partir de Guindani:

Defende-se a construção de um novo olhar que seja capaz de captar a complexidade do espaço prisional articulado à rede de relações de violência que emergem neste fim de século. Implementar pesquisas científicas (por meio da constituição de razão experimental) que investiguem a forma de organização complexa na qual se vem estruturando a prisão na sociedade global seria uma das vias possíveis para desconstruir a linguagem que naturaliza e normaliza a violência social e para revelar as novas configurações do poder simbólico que representa a instituição prisão (GUINDANI, 2001, p. 49).

Dessa forma, buscou-se compreender o processo da violência expresso na vida do apenado do PESB, pois ela “Manifesta-se, imediatamente, na forma de casos isolados, mas deve ser compreendida e explicada como um processo [...]” (SILVA, 2001, p. 212). Quanto à violência nas prisões, Guindani (2001) tece uma crítica a sociedade que em geral mostra-se indiferente a essa questão, quando frisa:

A sociedade contemporânea, principalmente a brasileira, presa à satisfação de necessidades imediatas e midiaticamente geradas em imaginários coletivos superficiais mostra-se apática frente aos problemas da violência na/da prisão, a não ser quando os ânimos se alteram em função da ocorrência de fugas e megarebeliões (GUINDANI, 2001, p. 99).

Em geral a sociedade só se dá conta da real situação da violência nas prisões quando a mídia relata fugas, rebeliões, trabalhadores das penitenciárias feitos reféns e até mesmo

homicídios dentro da prisão. Mas isso é apenas parte da violência prisional, o que a sociedade em geral não percebe é a violência cotidiana intramuros na prisão, vivenciada e praticada pelos internos.

O aumento da violência na prisão reflete-se também, na atual situação de superlotação do sistema penitenciário, onde a realidade da violência permanece ativa nas relações sociais destes sujeitos envolvidos na criminalidade. Muitos presos pagam pelo crime praticado na mesma “moeda”, forma que os parceiros de cela encontram para punir atos que eles mesmos repudiam, como é o caso de quem comete a violência sexual. Marques Junior afirma que:

O nosso maior problema é pensar a ordem normativa que se encontra nesse “ecossistema”, que “cria leis internas”, “bárbaras”, que são “mais lei deles do que nossa”. E, de modo mais específico, a regra interna do cárcere quem entra com estupro deve ser estupro, que não está presente no ordenamento jurídico brasileiro (MARQUES JUNIOR, 2007, p. 98).

Como tentativa para se evitar a violência sexual dentro das prisões, os presos suspeitos e condenados de violência sexual são mantidos em celas separadas dos demais internos, nas chamadas celas do “seguro”, o que nem sempre garante a integridade física do preso.

A violência dentro da prisão se expressa de diferentes formas, dessa maneira buscou-se lançar um novo olhar ao espaço prisional, contextualizando o processo da violência e da criminalidade. Para tanto, torna-se importante destacar a violência social, enquanto expressão da violência, identificada no Presídio Estadual de São Borja, questão que será abordada no próximo item.

2.5 Violência Social

O termo violência remete a diferentes sentidos, parece simples, mas é difícil de ser definido, pois envolve diferentes atores e diversas formas de manifestação na sociedade. Sodré nos remete a problematizar o termo designado de violência social, pois é:

[...] um efeito inerente à sociedade de classes, quando se segue a linha do pensamento marxista no sentido de que a materialização de realizações baseadas na propriedade privada impõe o exercício de uma violência social (SODRÉ, 1992, p. 13).

Sodré (1992) expõe a questão da exploração capitalista, a qual impõe o exercício da violência social àquele segmento da população desprotegido e vulnerável. Para Odália (1991)

toda violência é social, embora o autor reserve essa denominação para aqueles atos violentos que atingem de forma preferencial o segmento populacional mais desprotegido na sociedade.

Se a violência social tiver um alcance mais geral da sociedade, justifica-se “como condições necessárias para o futuro da sociedade” (ODÁLIA, 1991, p. 38). Um exemplo que o autor nos traz disso é a poluição ambiental gerada pelas fábricas, que ele considera uma violência social porque afeta a sociedade em geral, que é obrigada a suportá-la, pois tentar evitá-la seria ir contra a economia, e isso não seria interessante (ODÁLIA, 1991).

Odália (1991) traz o outro extremo da questão quando trata da delinquência, enquanto um grande problema social, sendo que a sociedade teria meios de tentar resolver essa situação. Mas o que se percebe é o descaso dos governantes, que estão bem mais preocupados com o desenvolvimento econômico do país do que com a qualidade de vida da população. O autor afirma que: “Soa mais alto aos ouvidos de nossos governantes o ciciar resmungamento de um industrial do que o clamor da miséria” (ODÁLIA, 1991, p. 40).

A violência social “está perfeitamente sincronizada com uma sociedade que está mais preocupada em produzir e vender rádios e televisões do que com o alimento nosso de cada dia” (ODÁLIA, 1991, p. 41). Dessa forma, a violência configura-se como expressão que dá visibilidade à questão social, sendo que: “A questão social hoje se coloca basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão do sistema de proteção social e pelo questionamento da intervenção estatal” (CASTEL, 2004, p. 06).

Partindo do conceito de questão social, tida como contradição entre o capital e trabalho, expressa em suas inúmeras manifestações de desigualdade social bem como nas formas de resistência, afirma-se que essa desigualdade social afeta as relações sociais dos indivíduos. Dessa forma, torna-os frágeis e desprovidos das condições mínimas de sobrevivência e, conseqüentemente, vulneráveis ao crime.

Segundo Siqueira (2001, p. 60) “Para o surgimento e o crescimento da violência, a exclusão social que traz em seu rastro desemprego, analfabetismo e prostituição, muito tem contribuído”. A violência e a criminalidade, bem como os meios utilizados para o controle e a repressão são resultados desse longo processo de negação dos direitos básicos ao cidadão. Isso compreende uma violência social “que denigre e avilta a pessoa humana” (ODÁLIA, 1991, p. 47).

De acordo com Odália (1991) há várias violências sociais disseminadas pela sociedade: “[...] que delas é pródiga” (ODÁLIA, 1991, p. 47). Basta assistir televisão, ler o jornal, pois: “Elas estão na discriminação racial, nas diferenças entre as classes sociais, na

fragmentação do trabalhador, nos preconceitos políticos, na separação dos sexos, e assim por diante” (ODÁLIA, 1991, p. 47).

A violência social se expressa no Presídio Estadual de São Borja de várias formas. Ela se manifesta na condição de vulnerabilidade social dos apenados, nas causas que os levaram a cometerem delitos, no fato de viverem à margem da sociedade, na discriminação sofrida antes e durante a prisão, discriminação por raça, condição social e pelo fato de estarem presos⁵.

Essa exclusão social vista como violência social, cometida contra os segmentos mais vulneráveis da sociedade, contribui com o aumento da criminalidade, tornando o responsável pelo crime um sujeito estigmatizado. Dessa forma torna-se importante analisar o impacto da questão social nas relações sociais desses sujeitos. Partindo da hipótese de que a contradição existente na sociedade capitalista entre capital e trabalho afeta o modo de vida dos sujeitos, o que de alguma forma impulsiona o surgimento da criminalidade.

A contradição entre Capital x trabalho afeta as camadas menos favorecidas da sociedade, criando um clima propício para as manifestações da questão social, tais como: pobreza, miséria, fome, alcoolismo, drogadição, fatores relevantes quando se trata de atos delituosos. O aumento da criminalidade e da violência está intimamente ligado à manifestação da questão social na sociedade capitalista.

A exclusão social se caracteriza pelo desenvolvimento de um sistema econômico, onde poucos estão incluídos, sendo que muitos são excluídos economicamente e socialmente do sistema para garantir o funcionamento desse tipo de modelo. Esses cidadãos vistos como excluídos são os desempregados ou empregados informais, os analfabetos, os presos, as camadas pobres da população, pois:

[...] quando digo que são vulneráveis os pobres e negros, sem auto-estima, abandonados pela família e rejeitados pela escola, sem abrigo afetuoso na comunidade e sem oportunidades, estou enunciando uma tese empiricamente correta, do ponto de vista sociológico, e estou denunciando as responsabilidades que a sociedade tem na formação da “delinquência”, da “transgressão”, do “crime”, estou abrindo espaços para a defesa e a proteção dos vulneráveis e para a reversão do quadro, das tendências, dos processos, das carências, do sofrimento, etc (SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005, p. 209-210).

Esses indivíduos destacados pelos autores acabam à margem da sociedade capitalista, frágeis e desprovidos dos meios de sobrevivência e amparo do Estado, ficando a mercê da

⁵ Situação observada durante o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no PESB, no período de agosto de 2010 a março de 2011.

criminalidade e da violência. “[...] até porque a não-integração no mundo do trabalho, por si só, já é capaz de produzir a exclusão e inserir o trabalhador no mundo da criminalidade” (SIQUEIRA, 2001), mas:

Não podemos ter uma visão simplista e determinista de que unicamente a pobreza gera a criminalidade. O pauperismo marginaliza, e a marginalidade pode criar delinquentes. Em nosso entendimento, a pobreza e a miséria não são a causa do aumento da violência, mas são alimentadores do seu surgimento e crescimento (SIQUEIRA, 2001, p. 61).

Dessa forma, compreendemos que a desigualdade social advinda do antagonismo existente entre capital e trabalho na sociedade capitalista afeta as relações sociais da classe trabalhadora. Tornando-a, dessa forma, uma população pauperizada e marginalizada na sociedade do capital.

Geram-se então, condições subumanas de sobrevivência, o que alimenta o surgimento da violência e da criminalidade. Impulsionando, dessa forma, o indivíduo a praticar delitos, pois:

As contradições do sistema capitalista explicam o processo crimilizador com base na lógica de funcionamento da relação capital-trabalho. A força de trabalho diretamente integrada à produção vive a desigualdade da relação entre o seu esforço e o benefício recebido, entre a energia gasta e a recompensa pela cessão do seu tempo de trabalho ao capital. A força de trabalho excedente, desempregada, se vê obrigada a garantir a sua existência através de artifícios e de estratégias de sobrevivência que vão do biscate ao crime. É a utilização de meios ilegítimos para compensar a falta dos meios legítimos de sobrevivência (DORNELES, 1992, p. 57).

A exploração do sistema capitalista gera cada vez mais desigualdades sociais, fazendo com que exclusão social e criminalidade estejam lado a lado nas relações sociais dos sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social. O Sujeito que se encontra desprotegido dos meios necessários para sua sobrevivência e de sua família, utiliza-se do crime enquanto estratégia ilegal de sobrevivência, visto que os meios legais já não mais a garantem. Siqueira afirma ainda que:

Não resta qualquer dúvida para nós de que a causa das desigualdades sociais encontram-se na estrutura de exploração capitalista, sendo a ideologia da igualdade e da liberdade tentativas de homogeneização dos indivíduos, sem considerar sua classe e condição social. É inegável que a criminalidade e a exclusão social caminham juntas. Não que todo excluído econômico vá tornar-se um marginal, mas será um marginalizado com grandes possibilidades de trilhar a vida do crime, violando, dessa forma, o ordenamento jurídico legal criado pelos setores dominantes da sociedade, não lhe restando outro destino que não seja o confinamento nas prisões (SIQUEIRA, 2001, p. 62).

Dessa forma, a exclusão social enquanto “fruto perverso do capitalismo” (JUNCA, 1996, p. 108), pauperiza e marginaliza o sujeito, levando-o a prisão. Sendo que, após a retirada dos direitos e condições de vida honesta e digna do cidadão, muitas vezes ele é levado a praticar atos que vão de encontro a Lei, acabando num processo de confinamento nas prisões, pois:

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano (WACQUANT, 2001, p. 08).

Assim, aquele que antes era excluído da sociedade e dos meios dignos de sobrevivência, e que se torna um delinquente, acaba sendo submetido ao processo de reeducação na prisão, para então, depois de reeducado, retornar à sociedade (SIQUEIRA, 2001). Dessa forma: “[...] o condenado passa da condição de cidadão portador de direitos e deveres diante da sociedade para a de devedor para com essa sociedade” (SIQUEIRA, 2001, p. 62).

De acordo com Siqueira (2001) ocorre uma inversão de valores, pois o sujeito desprovido das condições mínimas de sobrevivência que lhes foram arrancadas bruscamente pela sociedade capitalista, acaba na condição de devedor para com esta sociedade. Ressalta-se que esta é a mesma sociedade que não lhe ofereceu meios legítimos para sobreviver dignamente.

É importante destacar que, quando se trata do perfil socioeconômico dos internos do sistema penitenciário brasileiro, percebe-se a condição de exclusão social vivenciada por estes. Segundo a literatura utilizada, são em sua maioria: homens jovens, negros, de baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social, pois:

As sentenças cospem no sistema penitenciário e nas chamadas entidades socioeducativas os personagens de sempre, “restos” da sociedade, “sobras” indigestas. Os presídios estão repletos de pobres e negros, do sexo masculino, jovens (SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005, p. 188).

Isso demonstra claramente a condição de exclusão e marginalidade em que vivem esses sujeitos, estigmatizados e tratados de forma preconceituosa pela sociedade. Sendo que, a sociedade não lhes garante oportunidades de viver dignamente, tornando-os dessa forma seres invisíveis, que perambulam pela sociedade, pois:

Por força da projeção de preconceito ou por conta da indiferença generalizada, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente negros – sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. [...] A arma será o passaporte para a visibilidade (SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005, p. 215).

O crime é visto por muitos como único meio de garantia das condições necessárias para viver, mesmo que ilegal. Mas pior é o fato de ser o meio de visibilidade para outros, principalmente para os jovens, negros, com baixa escolaridade, que nasceram e cresceram à margem da sociedade, e que não conseguem, talvez pelas mazelas já sofridas, almejar algo melhor para suas vidas.

Vidas que seguem o crime e o tomam para si como modo de vida. Modo de vida que os segregam ainda mais da sociedade, pois se a prisão se constitui como “fruto de uma exclusão” (SIQUEIRA, 2001, p. 59), dentro da prisão estarão ainda vulneráveis e desprotegidos, espaço este, onde “as condições de ser tratado como cidadão inexistem” (SIQUEIRA, 2001, p. 74). Após o cumprimento da pena, carregarão ainda mais um fardo, o fato de ser ex-presos, estigma que levarão para o resto de suas vidas.

O fato de carregar o estigma de já ter sido preso, dificultará ainda mais a tentativa de viver honestamente na sociedade capitalista, tornando-se o egresso do sistema prisional ainda mais excluído e marginalizado do que antes, o que na maioria dos casos origina a reincidência. Muitas vezes esses sujeitos acabam socializando-se à vida na prisão, tida como seu mundo, e o fato de sair dela é como estar fora desse mundo (SIQUEIRA, 2001).

Dessa forma, a partir da literatura consultada, percebe-se que a violência social está intrínseca nas relações de poder estabelecidas na sociedade do capital, expressa na maioria dos casos na realidade dos sujeitos desprotegidos e desassistidos pelo Estado, que vivem à margem da sociedade. Essas expressões se refletem na condição social dos presos, sendo esta uma camada da população “duplamente vítima da injustiça” (SIQUEIRA, 2001, p. 74). O próximo capítulo abordará o caminho metodológico desta pesquisa.

3. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o caminho metodológico percorrido à realização da pesquisa, descrevendo seu tipo, características e os instrumentos que foram utilizados durante o processo de execução dessa. Apresenta também o método dialético-crítico, como perspectiva teórico-metodológica que embasa a visão de realidade dessa investigação.

3.1 Método dialético-crítico

O método constitui-se o percurso do pesquisador para se chegar ao objetivo de sua pesquisa. Dessa forma, o caminho percorrido durante o processo da pesquisa, desde a coleta dos dados até a análise destes, sustenta-se em uma visão de homem e de mundo, ou seja, no método. Esta pesquisa inspira-se na perspectiva dialético-crítica, pois:

Com perspectiva teleológica, o método dialético-crítico contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade (PRATES, 2004, p. 124).

Esta pesquisa segue a concepção de Kosik (1976, p. 20) acerca da dialética, o qual explica que: “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”. Dessa forma, o método dialético crítico leva o pesquisador “[...] a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 39).

O método dialético crítico exige do pesquisador uma reflexão crítica acerca da realidade, de modo a possibilitar compreender a essência dos fenômenos. Realizando, então, uma investigação profunda do objeto de estudo, pois “o método dialético desse modo revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso e mais fecundo” (LEFEBVRE, 1991, p. 241). Mas só o processo de reflexão não é suficiente para desvendar as contradições da realidade investigada:

Portanto, a análise dialética deve ultrapassar a reflexão crítica, buscando estabelecer mediações com a totalidade, pois é através das mediações que penetramos nos nexos constitutivos do real, desvendando suas contradições e múltiplas determinações (PRATES, 2000, p. 141).

Para tanto, a presente pesquisa tem enfoque dialético, pois este “[...] prioriza o desvendamento das contradições como processo necessário à interpretação da realidade [...]”

(PRATES, 2000, p. 140), contextualizando-a historicamente e captando o movimento do real a partir da totalidade (PRATES, 2000). Para isso, utiliza-se das categorias contradição, totalidade e historicidade.

A categoria da contradição é “a essência da dialética” (GADOTTI, 1983, p. 28), onde tudo pode ser contradito. Já a categoria da totalidade, onde tudo se relaciona, pode ser entendida como “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44). A categoria da historicidade advém da contradição e pode ser compreendida como o movimento da realidade.

Dessa forma, nesta pesquisa, a categoria dialética da contradição possibilitou compreender a instituição pesquisada, enquanto um espaço contraditório que permite a análise crítica dessa realidade. Esse espaço é contraditório, pois ali se manifestam as expressões da questão social, bem como as expressões de resistência e rebeldia vivenciada pelos usuários.

As rebeliões no sistema penitenciário são exemplos de resistência e rebeldia, pois “[...] são momentos extremos de ruptura da ‘ordem’ existente, por meio dos quais os presos opõem sua resistência aos mecanismos de funcionamento e controle dentro da prisão [...]” (SALLA, 2001, p. 20). Dessa forma as rebeliões são organizadas individualmente ou em grupos como forma de estratégias de resistências a certas situações vivenciadas na prisão.

Buscou-se ainda, utilizar a categoria totalidade de forma a compreender a realidade do sujeito inserido numa sociedade que sofre as determinações dessa e a categoria da historicidade de forma a compreender o modo de vida dos sujeitos da pesquisa, no movimento constante de transformação da realidade. O próximo item aborda o processo investigativo da pesquisa em Serviço Social.

3.2 A pesquisa em Serviço Social: processo investigativo

A premissa básica para se realizar a pesquisa em Serviço Social é possuir uma postura aberta para investigar, ser curioso, buscar conhecer para além do aparente. Destaca-se que “[...] a atitude investigativa é o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento do desocultamento do real” (FRAGA, 2010, p. 42).

Defende-se ainda que o profissional investiga aquilo que desperta curiosidades, aquilo que o inquieta a buscar saber mais, pois “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1994, p. 17).

Dessa forma, esta pesquisa foi pensada a partir da experiência de estágio, onde surgiram indagações e inquietações que despertaram o desejo de pesquisar a realidade dos internos do PESB. Ressalta-se que “Pesquisar é o exercício intencional da pura atividade intelectual, visando a melhorar as condições práticas de existência” (SANTOS, 2007, p. 20), podendo a pesquisa ser caracterizada: “como atividade intelectual intencional que visa a responder às necessidades humanas” (SANTOS, 2007, p. 17).

Gil (2007, p. 42) define a pesquisa social enquanto um “processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. O Serviço Social, por ser uma profissão interventiva e investigativa, busca intervir na realidade cotidiana de seus usuários e encontra na pesquisa subsídios para a intervenção, pois esta produz conhecimentos que “lhe dá sustentação teórica e metodológica, para intervir na realidade social de forma crítica e criativa” (BOURGUIGNON, 2007, p. 02).

De acordo com Bourguignon (2008, p. 307) “Um dos aspectos que configura tanto a pesquisa como a intervenção em Serviço Social, com certeza, é a preocupação com o sujeito”. Ainda para a autora, o grande desafio que se coloca para o assistente social que realiza pesquisa com seres humanos e que se preocupa com a centralidade desses sujeitos:

É possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e seu conhecimento, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometida ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social (BOURGUIGNON, 2008, p. 306).

O desafio está posto, cabe aos profissionais a constante busca, através da pesquisa, de dar maior visibilidade aos sujeitos pesquisados, comprometendo-se ética e politicamente com a prática profissional. Torna-se fundamental buscar propostas de intervenção na realidade cotidiana destes sujeitos, sujeito que: “antes de ser participante de nossas pesquisas é usuário, beneficiário e/ou destinatário das políticas públicas e dos serviços sociais, através de nossa intervenção nos diferentes campos que ocupamos” (BOURGUIGNON, 2008, p. 308).

Dessa forma, a pesquisa como parte integrante da prática profissional dos assistentes sociais, se coloca como necessária à profissão. A partir da pesquisa o profissional se posiciona criticamente diante da realidade, localiza seu objeto de intervenção e intervém nesta realidade, comprometido em reconhecer as potencialidades dos usuários (BOURGUIGNON, 2008).

O próximo item abordará o caminho metodológico percorrido durante o processo da pesquisa, tipos, técnicas de coleta e análise dos dados.

3.3 Metodologia da pesquisa: tipo e instrumentos

Mioto e Lima, afirmam que “[...] pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa” (2007, p. 39). O método utilizado foi o dialético-crítico e a pesquisa realizada constituiu-se de uma pesquisa do tipo quantitativa.

É importante levar em consideração que: “o sujeito se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda ou ocupação” (BOURGUIGNON, 2008, p. 309), por isso a importância da pesquisa quantitativa no Serviço Social.

A análise quantitativa foi utilizada de forma a contabilizar os dados coletados, identificando o perfil socioeconômico do interno do PESB. A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2011, no Presídio Estadual de São Borja. A pesquisa foi composta através da aplicação de questionários com os internos do regime fechado, que concordaram em participar da pesquisa.

O questionário um roteiro de questões elaboradas pela pesquisadora e: “[...] dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas [...]” (CHIZOTTI, 2006, p. 55). Dessa forma, o questionário destinado aos internos foi composto de 38 questões fechadas e 01 questão aberta (apêndice A), sendo que, na análise dos dados, foram utilizados apenas alguns desses dados coletados, mais especificamente, aqueles significativos às expressões de violência social.

Foram utilizadas as questões referentes ao perfil socioeconômico e algumas relacionadas à violência vivenciada na prisão, não distanciando a análise do foco desta pesquisa, que é a violência social, expressa na realidade do interno do Presídio Estadual de São Borja.

A respeito da coleta de dados, os questionários foram entregues pela equipe da pesquisa para os representantes das celas do PESB. Nessa ocasião, tais representantes dos internos foram reunidos em uma sala, onde foi possível um primeiro contato entre pesquisadora/pesquisados e um melhor esclarecimento acerca da pesquisa e da importância da participação dos internos.

No total, foi distribuído um número de questionários correspondente ao universo de internos do regime fechado, no presídio no dia do início da pesquisa, que era de 120 internos, entre estes, homens e mulheres. Foi ressaltada a questão da liberdade de decisão em participar ou não da pesquisa, sendo que, aqueles que aceitassem participar devolveriam os questionários através de duas urnas disponibilizadas pela equipe, uma em cada galeria. No total retornaram 54 questionários.

Juntamente com o questionário, foi entregue uma folha informativa aos apenas participantes da pesquisa (apêndice B), onde estavam expressos os objetivos da pesquisa e a importância da participação dos sujeitos, colocando-se a disposição para quaisquer esclarecimentos as dúvidas que viessem a surgir, prezando pela informação e transparência dos propósitos da pesquisa. Dessa forma, os sujeitos foram preservados e respeitados no seu direito de participar ou não da pesquisa, prezou-se pela ética em todo o processo da pesquisa, pois:

A ética diz respeito à ação do ser humano, estando intimamente relacionada a atos que trazem conseqüências a outros seres humanos. Nesse sentido, a realização da pesquisa em ciências humanas aplicadas, como é o caso do serviço social, precisa ser consciente, responsável e diligente no que concerne ao processo de investigação, para que ela – a pesquisa -, em todos os momentos esteja a serviço dos interesses daqueles que são os sujeitos da ação investigativa (FRAGA, 2010, p. 98-99).

Tal pesquisa apresentada nesse TFG foi realizada em conjunto com o projeto de pesquisa da professora Cristina Fraga, intitulada “A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência do preso no Presídio Estadual de São Borja”. Como parte da equipe pesquisadora, a autora também realizou entrevistas com agentes penitenciários e um representante do Conselho da Comunidade, sendo que a entrevista:

É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminados. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano (MARCONI & LAKATOS, 2006, p. 93-94).

Após a coleta dos dados foi realizada a análise das informações obtidas, através do método de análise de conteúdo, sendo este “[...] um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coletas de dados consubstanciadas em um documento” (CHIZOTTI, 2006, p. 98). Foi utilizado o método de análise de conteúdo, pois este: “[...] forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético” (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

A partir de Bardin (1977), seguiram-se as três etapas da análise de conteúdo. A pré-análise, que “tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, abertas, por oposição à exploração sistemática dos documentos” (p. 122), sendo então, a fase de organização dos materiais inerente a pesquisa.

A exploração do material, sendo: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 1977, p. 127). Por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, onde os elementos da pesquisa foram interpretados, permitindo expor as informações da análise. No próximo capítulo serão apresentados os resultados desta pesquisa.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com os internos do Presídio Estadual de São Borja. O capítulo divide-se em quatro itens. O primeiro apresenta a instituição pesquisada, a partir da observação e da análise institucional, ressaltando ainda a estrutura geral do PESB e a inserção do Serviço Social nesse espaço socioocupacional.

O segundo item apresenta o perfil socioeconômico do interno do PESB, revelando a condição de vulnerabilidade social e consequente violência social que estes sujeitos estão expostos. Neste item são analisadas as questões referentes a gênero, faixa etária, raça, escolaridade, renda, estado civil e existência de filhos entre a população pesquisada.

O terceiro expõe as expressões visíveis da violência social identificadas na instituição e nas relações que ali se estabelecem, tais como: envolvimento em brigas na prisão, violência sofrida pelos internos durante o cumprimento da pena privativa de liberdade, o fato de estarem ou não correndo risco de vida na prisão, sobre a entrada de armas ou de drogas no presídio e a dependência de drogas. O quarto item traz um breve relato da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado na instituição pesquisada.

4.1 Instituição pesquisada

O Presídio Estadual de São Borja faz parte da 6ª Delegacia Penitenciária Regional (DPR), com sede em Santana do Livramento. Sua fundação data da década de 1950, constituindo-se o único presídio do município. Passados quase 60 anos de criação do PESB, este não conta com documentação que enriqueça o conhecimento acerca de seu histórico, o que impossibilita uma análise completa da instituição carcerária.

Cabe nesse momento aprofundar tal reflexão com base em informações prestadas por funcionários do PESB. Estes afirmam que anterior a criação do presídio os detentos eram recolhidos até a Delegacia de Polícia, mas com o aumento da criminalidade, fez-se necessário a fundação de um presídio que comportasse o número de presos naquela época.

Segundo informações prestadas pelo Dirigente da Engenharia Prisional da SUSEPE, a data de construção do Presídio Estadual de São Borja é do ano de 1954, contabilizando 481 m² de área construída em seu terreno livre que corresponde a 11.399 m², com capacidade inicial para 53 presos de regime fechado, comportando a população carcerária daquela época.

Pode-se constatar que o número de detentos do PESB na época de sua criação era bem inferior ao da data da pesquisa, pois no período da coleta de dados, a população carcerária do PESB contabilizava 201 internos do regime fechado e semi-aberto. Deve-se levar em consideração que este número sofre oscilações a todo instante, devido o ingresso de novos internos, bem como o egresso de outros.

Já no ano de 1992 o PESB passou por uma obra de reforma e ampliação de sua estrutura para comportar as novas demandas da atual realidade do município, fato que implicou na transferência de todos os detentos para os presídios das cidades próximas. Segundo informações de funcionários do PESB, a previsão do período da reforma era de apenas seis meses, que durou dois anos. Neste período os presos permaneceram em outros presídios da região.

Ainda segundo informações da Engenharia Prisional da SUSEPE, a obra de reforma e ampliação resultou em 877 m² de área construída, aumentando a capacidade do presídio para 70 internos do regime fechado. No ano de 2003 foi construído um albergue com capacidade para 24 presos dos regimes semi-aberto e aberto.

Inicialmente, a segurança diária do PESB era tarefa de um Cabo, dois Policiais Militares e um Agente Penitenciário. Após a criação da SUSEPE, a tarefa da guarda interna diária do presídio passou a ser somente dos agentes penitenciários, ficando responsáveis por manter a segurança apenas um administrador e um agente da SUSEPE.

Atualmente a segurança externa do PESB é tarefa de dois Policiais da Brigada Militar, cada um em sua respectiva guarita, uma localizada na frente e outra nos fundos do presídio. A segurança interna é feita por Agentes Penitenciários, que são Guardas da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), esta que:

Subordinada à Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança. De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridade a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais, a escolarização e profissionalização dos presos (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA).

Na ocasião da pesquisa, mais especificamente, no ano de 2011, o Presídio Estadual de São Borja sofria com a superlotação, pois contava com um efetivo carcerário maior que o dobro de sua capacidade. Diferente do início de sua fundação, período em que contava com

um efetivo carcerário de 35 presos, destes, a maioria estavam presos por motivos de homicídio e furto. A questão da superlotação nas prisões brasileiras é preocupante, pois:

[...] o espaço físico das prisões é precário, os recursos disponíveis são poucos e os sujeitos presos se encontram em situação subumana, empilhados nas celas, em razão da superlotação dos estabelecimentos prisionais (HAMBURGO, 2005, p. 24).

Quando criado, não havia mulheres presas, o que atualmente mudou, visto que o PESB mesmo sendo um presídio masculino e não estando apto a receber mulheres, organiza-se de forma a atender a esta demanda que advém do aumento da criminalidade feminina no município, que pode ser entendida a partir das múltiplas formas de manifestação da questão social, pois:

Uma vez que, ao se referir ao perfil das mulheres encarceradas, diversas pesquisas que levantaram esse perfil revelam o quanto elas agregam as estatísticas de vulnerabilidade e exclusão social, sendo a maioria mulheres jovens, chefes de família, possui em média mais de dois filhos menores, possui baixa remuneração por desenvolverem atividades de baixa qualificação como serviços domésticos, apresentam escolaridades baixa e comumente envolvidas com o tráfico de entorpecentes (BRIGUENTI; CARLOS; MALAMAM, 2009, p. 10).

A população carcerária do PESB no período da pesquisa, que se realizou em setembro de 2011 contabilizou: 146 detentos nas galerias e 55 no albergue em anexo ao presídio, sendo sua capacidade para 70 e 24 presos respectivamente. Sendo assim, o PESB contava com um total de 201 presos que dividiam um espaço físico que foi construído para suportar 94 pessoas. Dessa forma, pode-se observar que os detentos vivem em condições subumanas de sobrevivência.

A estrutura interna do Presídio Estadual de São Borja tem a seguinte composição: Sala de Inspeção; sala Chefe de Segurança; sala do Serviço Social e Psicologia; sala onde se realizam os atendimentos médicos; duas salas de revista e um parlatório. Para a realização das atividades laborais está disponível uma sala de aula onde no período de Estágio Supervisionado em Serviço Social observou-se que uma professora realizava o trabalho de alfabetização dos internos.

No momento da pesquisa, constatou-se que na sala de aula foi montado um laboratório de informática. Há, ainda, uma sala destinada às atividades da malharia, onde presas trabalham de forma remunerada para uma empresa do município. Ainda dentro da instituição, a Guarda Penitenciária possui dois dormitórios, masculino e feminino, e uma cozinha.

Já os internos são divididos em duas galerias, a Galeria A, composta por onze celas, sendo uma cela do Seguro onde ficam os presos que correm risco de vida no presídio e Galeria B, composta por seis celas, sendo que uma cela é especial destinada aos internos que exercem atividade laboral na cozinha da Guarda Penitenciária e duas são femininas, na galeria B também está localizada a Cozinha Geral dos internos.

A estrutura externa em anexo ao presídio tem a seguinte composição: sala do diretor; sala dos prontuários; almoxarifado e albergue destinado aos presos que cumprem regime semi-aberto. A estrutura geral da instituição é bem antiga e necessita de reparos, bem como é de extrema urgência a ampliação do presídio, pois não é capaz de oferecer as condições mínimas de sobrevivência aos internos, que vivem aglomerados e em condições insalubres dentro de pequenas celas.

Diante dessa realidade onde se percebem as mais variadas expressões da questão social é de extrema importância o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social para que sejam criados espaços de resistências, bem como propostas de intervenção. A inserção do profissional de Serviço Social no Sistema Penitenciário compreende um processo de intervenção nessa realidade vivenciada pelos detentos.

A Intervenção se dá desde o instante do recolhimento do detento, prezando pela garantia dos direitos dos sujeitos envolvidos neste processo. Dessa forma, o Serviço Social na instituição atua como mediador de direitos, sendo estes previstos na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal (LEP) e no Código de Ética do Assistente Social. Segundo Iamamoto os Assistentes Sociais trabalham:

[...] com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos a experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as dificuldades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

Partindo da afirmação de Iamamoto, pode-se referir que o Serviço Social no Sistema Penitenciário se depara todos os dias com inúmeras manifestações da questão social. A prisão é um ambiente insalubre que não oferece adequadas condições de trabalho, especialmente para os agentes penitenciários, que são mal equipados e sofrem com a deficiência de recursos humanos e materiais.

Os detentos vivem em condições subumanas de sobrevivência, aglomerados em ambientes pequenos, sofrendo com o atual estado de superlotação do PESB. No ambiente carcerário, os detentos sofrem com insalubridade e precárias condições de higiene, o que afeta

a saúde em geral, por isso a grande procura por assistência médica, fato observado no período de estágio.

A instituição se mantém de forma precarizada e possui um grande *déficit* de recursos. Recursos humanos com a falta de médicos, dentistas, técnicos de enfermagem e até mesmo agentes penitenciários, assim como recursos físicos como já explicitado o fator da superlotação, bem como espaço delimitado para os técnicos e recursos materiais com a falta de verba e profissionais mal equipados.

Dessa forma, cabe à profissão reforçar as formas de resistência e as potencialidades que venham a surgir em resposta às demandas sociais. O Serviço Social no Presídio Estadual de São Borja ainda dá seus primeiros passos. A primeira assistente social da instituição foi contratada em caráter emergencial em julho de 2009.

Observa-se que a contratação da primeira assistente social do Presídio Estadual de São Borja, ocorreu após 55 anos de criação do presídio. Até então as demandas dos pareceres requeridos pelo Judiciário eram realizadas por uma assistente social lotada em Santo Ângelo, que se deslocava até São Borja.

No início de 2011, a primeira assistente social do presídio, exonerou-se do cargo, sendo que, desde este período até o momento da pesquisa, o Presídio Estadual de São Borja não contava com o trabalho do Serviço Social. Havia apenas uma assistente social realizando trabalho voluntário duas vezes na semana. O trabalho do profissional de Serviço Social é de extrema importância na instituição penitenciária, espaço multifacetado pelas expressões da questão social, sendo que a falta deste profissional dificulta o processo de reintegração do preso à sociedade.

No período de Estágio Supervisionado em Serviço Social, percebeu-se que a profissão no PESB estava presa ao pragmatismo⁶. Neste caso, o profissional não passa de um mero executor de tarefas. Esta realidade do pragmatismo profissional é advinda da sobrecarga de trabalho, onde muitas vezes o profissional é requisitado a realizar atividades que não são competências, nem atribuições da profissão.

À assistente social do PESB eram demandadas tarefas, que como dito no parágrafo anterior não eram de sua competência nem de sua atribuição, tais como: agendar consultas e exames médicos, buscar medicações no Posto de Saúde, bem como separar os medicamentos controlados semanalmente. Essas tarefas que qualquer pessoa poderia realizar exigiam muito

⁶ “O pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata. O pragmatismo, no Serviço Social, tem origem no próprio tipo de trabalho realizado pelos assistentes sociais, voltado para a atribuição de recursos ou de orientações em relação à problemática da assistência social” (FALEIROS, 1986, p. 05).

tempo e atenção da profissional, tempo que poderia ser utilizado para exercer as atividades e demandas inerentes a profissão.

Estas situações configuram-se enquanto dilemas na atuação profissional do assistente social em diferentes espaços socioocupacionais, onde é demandado a realizar atividades que não são próprias da profissão. No caso do PESB, a profissional vivia o dilema de saber que poderia recusar-se a realizar tais tarefas, mas que os presos dependiam dela para terem acesso a consultas médicas, exames e medicações via prescrição médica. Dessa forma a profissional concluía que deveria realizar tais tarefas, de forma a prezar pela saúde dos internos. O próximo item aborda o perfil socioeconômico da população carcerária do PESB.

4.2 Perfil socioeconômico da população carcerária do PESB

Este item apresenta o perfil socioeconômico do interno do Presídio Estadual de São Borja, analisando a situação de vulnerabilidade social vivenciada por estes sujeitos. A partir desta análise, reflete-se sobre a inserção destes na criminalidade, enquanto estratégia de sobrevivência na sociedade capitalista.

Os dados que serão apresentados no decorrer, foram construídos a partir da análise dos 54 questionários (anexo A) devolvidos pelos internos que aceitaram participar da pesquisa. A seguir, serão apresentados os dados relativos ao gênero do interno do PESB, participante desta pesquisa.



Gráfico 01: Gênero do interno do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

Referente à questão de gênero, a maioria era do sexo masculino (83,30%), e 16,70% era do sexo feminino. Deve-se levar em consideração o fato do PESB constituir-se um presídio masculino, mas que como outras instituições do interior também atende presos do sexo feminino.

Destaca-se o Art. 82 da LEP, em seu parágrafo 1º, que diz que a “mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequado a sua condição pessoal”; e em seu parágrafo 2º prevê que “o mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados”.

O PESB abriga presos do sexo feminino em cela separada, das do sexo masculino. Mesmo assim, destaca-se o fato de não estar totalmente equipado para atender as necessidades próprias do encarceramento feminino, tais como berçário, especificado no parágrafo 2º do artigo 83 da LEP “onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los”.

O ideal seria que estas mulheres encarceradas cumprissem a pena privativa de liberdade, em instituições carcerárias femininas. As instituições carcerárias do Rio Grande do Sul destinadas a atender presos do sexo feminino são poucas, são elas: Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, Presídio Estadual Feminino de Torres e Casa Albergue Feminino.

Percebe-se que a realidade do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul está longe de alcançar o ideal. Devido às dificuldades e entraves desse sistema, as mulheres encarceradas acabam cumprindo suas medidas de detenção em presídios masculinos do Estado. O próximo gráfico apresenta a etnia do interno do PESB.

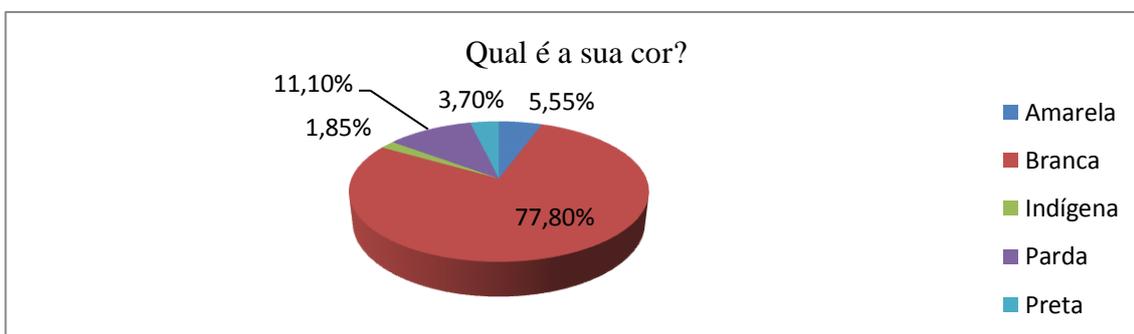


Gráfico 02: Etnia do interno do PESB
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Conforme o gráfico 02, a população carcerária do PESB é constituída majoritariamente por pessoas que se autodesignaram como sendo de cor branca (77,80%), seguida da cor parda (11,10%), amarela (5,55%), preta (3,70%) e indígena (1,85%). Segundo Soares, Bill e Athayde (2005), os presídios estão repletos de negros, mas os dados desta pesquisa demonstram que esta instituição difere-se da lógica nacional, pois os entrevistados que se autodeclararam de cor preta são pequena parcela da população do PESB.

A questão racial, ainda nos dias atuais, aparece nas relações sociais como forma de segregação. O étnico-racial ainda sofre os resquícios de um passado de escravidão, de dor e sofrimento. O preconceito com a cor da pele ainda é forte gerador da exclusão social, e conseqüente criminalidade, por isso, os altos índices de presos de cor preta ou parda, fato que não foi constatado na instituição pesquisada. A seguir serão apresentados os dados referentes à idade do interno do PESB.

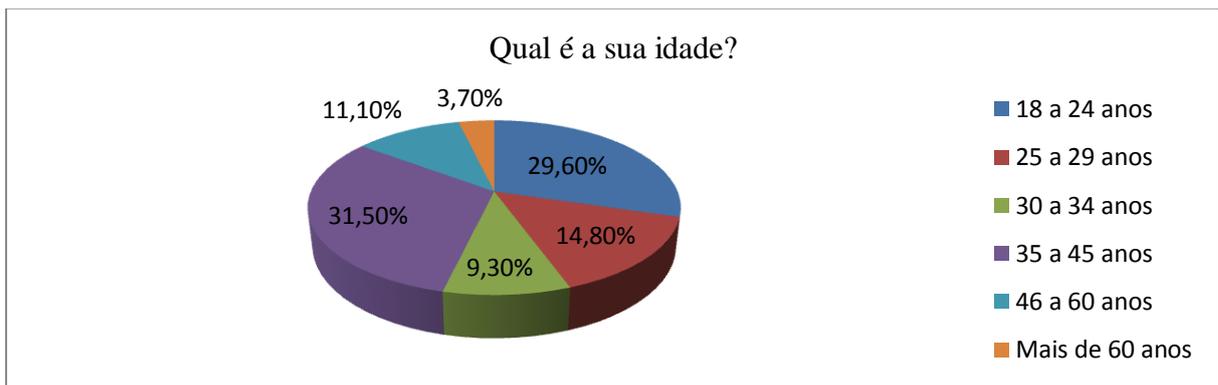


Gráfico 03: Idade do interno do PESB
Fonte: Sistematização da Pesquisadora

De acordo com o gráfico 03, o interno do PESB no momento da pesquisa, tinha idade entre 35 a 45 anos (31,50%), seguido dos internos com idade entre 18 a 24 anos (29,60%), 25 a 29 anos (14,80%), 46 a 60 anos (11,10%), 30 a 34 anos (9,30%) e mais de 60 anos (3,70%). Se somado o percentual dos que possuem de 18 a 24 anos com os de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, os dados revelam que 53,70% da população carcerária do PESB constitui-se de jovens em idade produtiva.

No entanto, estes não conseguem se inserir no mercado de trabalho, estando, excluídos da sociedade capitalista, bem como dos meios indispensáveis a sobrevivência. Como consequência disso, o crime surge como meio ilícito de sustento, visto que estes sujeitos, excluídos da sociedade do capital, se vêem impossibilitados de sobreviverem

dignamente. A possibilidade de vida digna na sociedade do capital é dificultada a esses segmentos mais vulneráveis, visto que, não possuem oportunidade de emprego, nem qualificação para o mercado de trabalho. A seguir serão apresentados os dados relativos à escolaridade do interno do PESB.

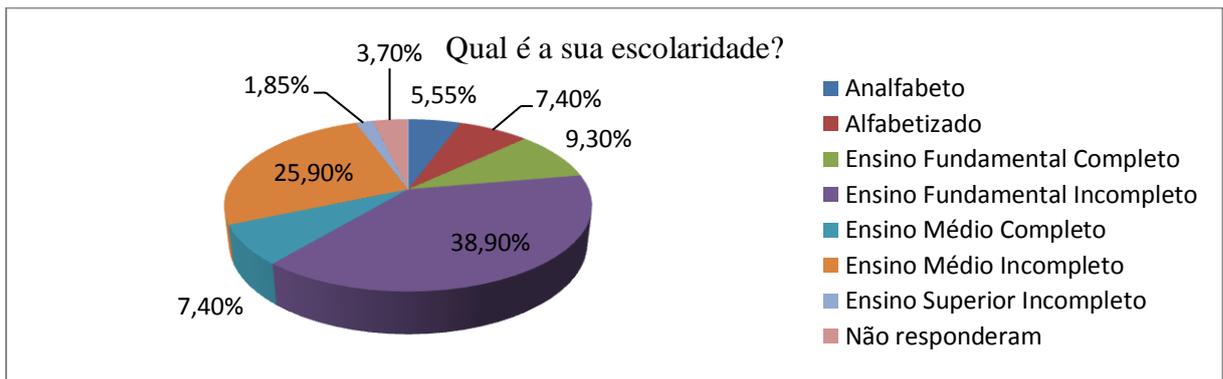


Gráfico 04: Escolaridade dos internos do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

Conforme o gráfico 04, um percentual de 38,90% da população pesquisada não conseguiu completar o ensino fundamental, seguido dos que possuem ensino médio incompleto (25,90%). Há ainda aqueles que nem sequer conseguiram alfabetizar-se (5,55%). Somente 7,40% dos participantes da pesquisa tiveram acesso ao ensino superior, mas não conseguiram concluir. Os dados revelaram a baixa escolaridade da população carcerária do PESB, evidenciando precária educação formal. Sendo que “O perfil dos presos reflete a parcela da sociedade que fica de fora da vida econômica. É uma massa de jovens, pobres, [...] e com pouca escolaridade” (JULIÃO, 2007, p. 04).

A precarização da educação formal constitui-se outro fator de não inserção no mercado de trabalho, e conseqüente exclusão social. Pela falta de capacitação para o trabalho formal, estes sujeitos fragilizados pela condição de extrema vulnerabilidade social, acabam vulneráveis ao crime.

Em alguns casos, percebeu-se que os internos não tiveram acesso à educação formal, e quando tiveram esse acesso, a sua continuidade foi impossibilitada pela pobreza. A situação de vulnerabilidade social impede que crianças e jovens estudem, de maneira que, muitas vezes necessitam trabalhar para contribuir na renda familiar; ou ainda, são impedidos de estudar

porque a família, muitas vezes, não consegue comprar um caderno e um lápis para um filho ir para a escola, isto é o retrato da violência social, vivenciada por este segmento mais vulnerável da sociedade. O próximo gráfico expõe como os internos do PESB sustentavam-se antes da prisão.

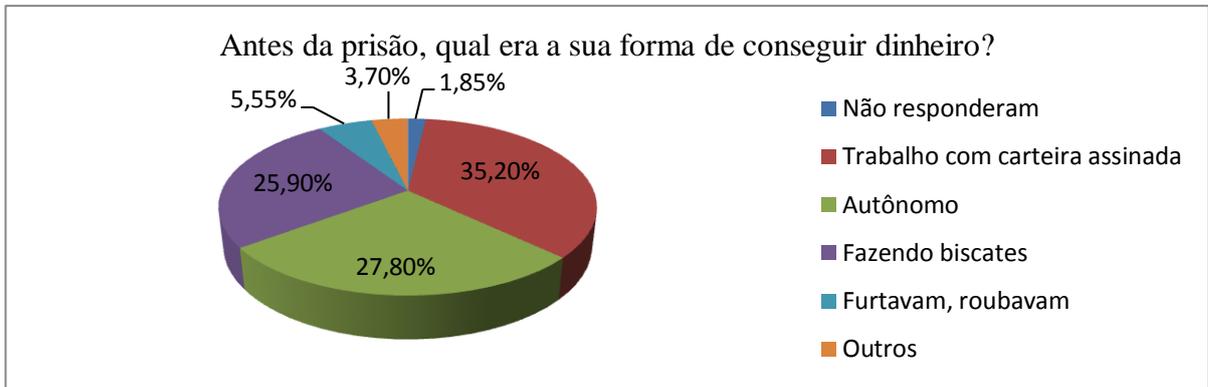


Gráfico 05: Origem do sustento do interno do PESB antes da prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Conforme o gráfico 05, a origem do sustento dos internos antes da prisão ia desde o trabalho com a carteira assinada (35,20%), até o furto e roubo (5,55%). Destaca-se a precarização do mundo do trabalho e o trabalho informal, onde grande parte dos pesquisados afirmaram que eram autônomos (27,80%), seguidos dos que se sustentavam fazendo biscates (25,90%).

O percentual de 35,20% dos internos que tinham a carteira assinada antes de serem presos, indica que somente a família destes eram beneficiárias do auxílio reclusão⁷. Quanto aos demais (64,80%), suas famílias não conseguiram ter acesso a esse benefício, pois uma das exigências para sua concessão é ser contribuinte da previdência social quando da prisão.

Quanto aqueles que informaram serem autônomos antes da prisão, suas famílias terão direito ao auxílio reclusão somente se estes estiverem devidamente cadastrados no INSS e com suas contribuições em dia, o que não ocorre na maioria dos casos.

Dessa forma, essa família que já se encontrava em estado de extrema vulnerabilidade social, tendo o crime como meio de sobrevivência, no momento da prisão do familiar, muitas vezes o único provedor do sustento familiar se vê desamparada. Portanto, “[...] o aparelho carcerário brasileiro só serve para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias cujos

⁷ O auxílio-reclusão é um benefício destinado aos dependentes do segurado da Previdência Social quando da sua prisão, durante o período em que este estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto.

membros ele sequestra [...]” (WACQUANT, 2001, p. 12). O próximo gráfico diz respeito à renda familiar atual do interno do PESB.

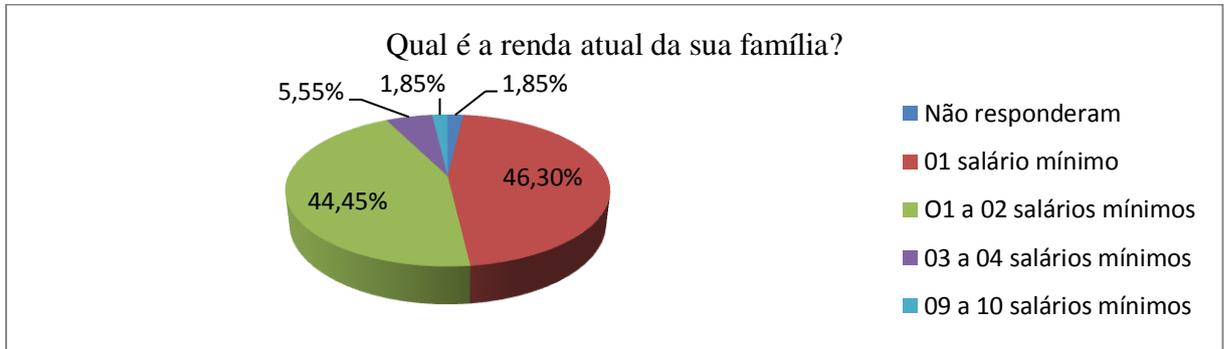


Gráfico 06: Renda familiar do interno do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

De acordo com participantes da pesquisa, a renda familiar de considerável parcela da população carcerária era de 01 salário mínimo (46,30%), seguido de 01 a 02 salários mínimos (44,45%). Dessa forma, o PESB absorve pessoas pobres, considerando que os dados evidenciam significativo número de presos em situação de vulnerabilidade social.

Conforme verificado em pesquisas anteriores FRAGA (2008) e FRAGA e CONSUL (2011), assim como o PESB outros presídios da região também “[...] absorvem sujeitos pobres do interior do Estado Gaúcho uma vez que a situação social e econômica evidencia um significativo número de presos numa situação de vulnerabilidade social” (FRAGA, 2011, p. 20).

Isto é o retrato fidedigno da violência social na vida destes sujeitos. A seguir será apresentado de onde provém a renda da família dos internos.

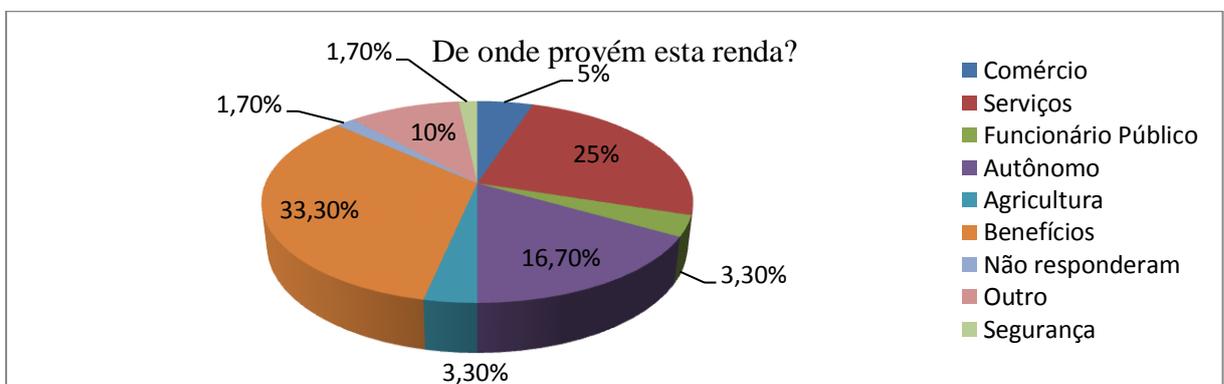


Gráfico 07: Origem da renda familiar do interno do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

A renda familiar do interno do PESB era proveniente de diversas áreas, destacando-se sua origem através de benefícios (33,30%), área de serviços (25%) e o trabalho autônomo (16,70%). A seguir apresentam-se os dados relativos ao estado civil do interno do PESB.



Gráfico 08: Estado civil do interno do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

De acordo com os dados, 40,75% dos internos pesquisados informaram estado civil solteiro, seguido dos que se definiram ajuntados (25,90%) e casados (18,50%). O termo ajuntado foi utilizado para designar aqueles que mantêm relacionamento estável sem oficialização legal da união. A seguir serão apresentados os dados relativos à existência de filhos entre os internos do PESB.



Gráfico 09: Existência de filhos entre os internos do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

Quando perguntado sobre a existência de filhos, a maioria respondeu possuir filhos (72,20%), contra (27,80%) que não possuía. Sobre o número de filhos, os dados serão apresentados a seguir.

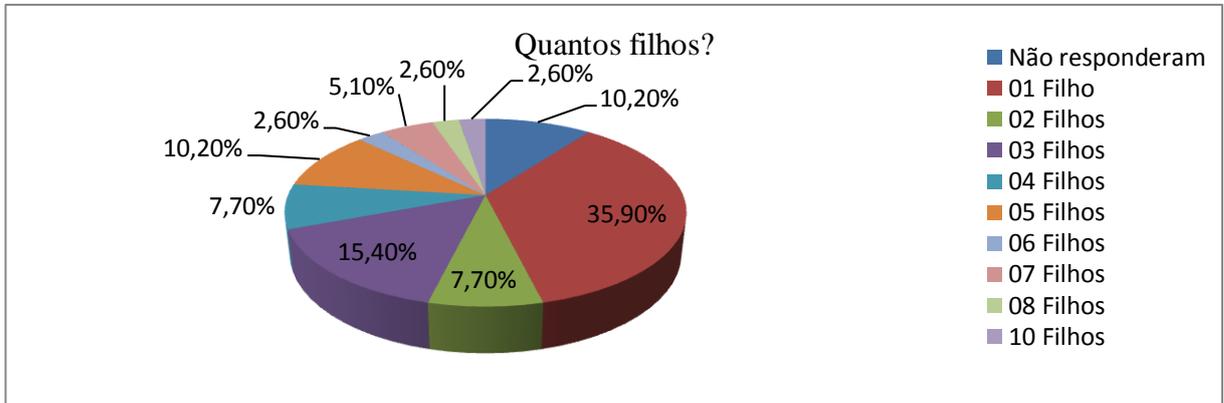


Gráfico 10: Número de filhos dos internos do PESB

Fonte: Sistematização da pesquisadora

O gráfico 10 revela que os pesquisados que responderam sim no gráfico anterior, possuem apenas 01 filho (35,90%), seguido dos que possuem 03 filhos (15,40%), 05 filhos (10,20%) e 04 filhos (7,70%). Destaca-se ainda boa parte da população (12,90) que afirmam possuírem de 06 a 10 filhos.

Torna-se importante ressaltar neste momento, a questão de como esses sujeitos - pobres, sem qualificação para o mercado de trabalho e em extrema condição de vulnerabilidade social – encontram meios de sustento para suas famílias, levando em consideração o fato de que, significativa parcela da população pesquisada possui de 03 a 10 filhos.

Famílias estas, onde muitas vezes não há o planejamento familiar, explicação para o elevado número de filhos. Resta a este chefe de família - na maioria das vezes único provedor da renda familiar - na ausência das condições dignas de sobrevivência, o crime, enquanto forma de sustento indigno para sua família. Percebe-se dessa forma “[...] uma verdadeira *ditadura sobre os pobres*” (WACQUANT, 2001, p. 10, grifo do autor).

Apresentados os dados referentes ao perfil socioeconômico do interno do PESB, o próximo item aborda questões relativas às expressões da violência no Presídio Estadual de São Borja.

4.3 Expressões da violência no PESB

Este item analisa os dados relativos à questão da violência no PESB, de modo a problematizar as formas visíveis da violência, expressas nesta instituição carcerária. A seguir serão apresentados os dados relativos a envolvimento em brigas na prisão.

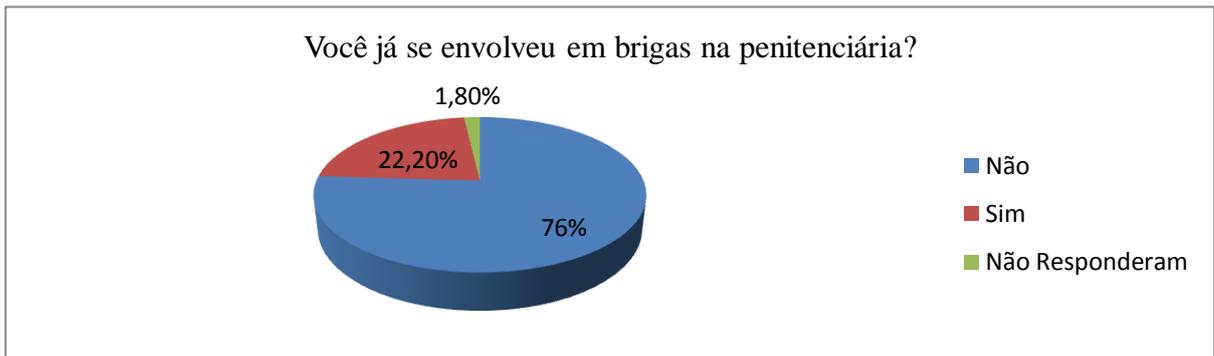


Gráfico 11: Envolvimento em brigas na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

O gráfico 11 demonstra que a maioria da população carcerária nunca se envolveu em brigas no presídio (76%), mas significativa parcela respondeu já ter se envolvido em brigas no PESB (22,20%). O próximo gráfico apresenta dados relativos a violência sofrida na prisão.

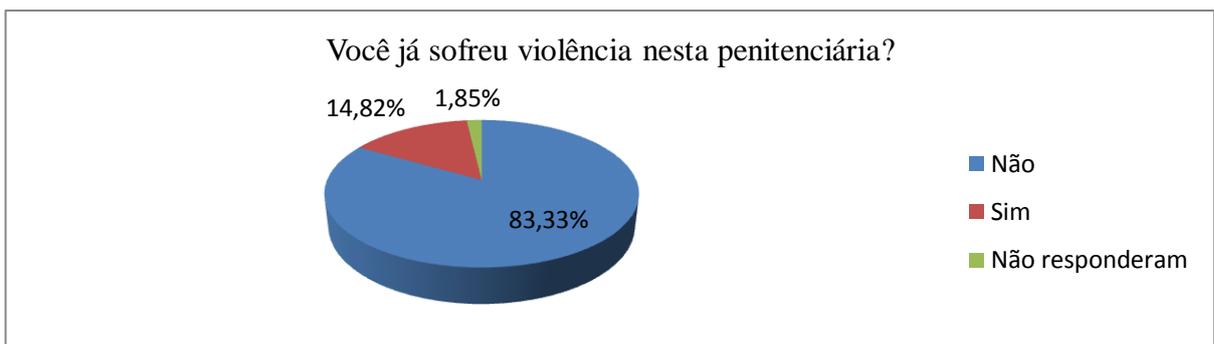


Gráfico 12: Violência sofrida na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Segundo os pesquisados, 83,33% referiram nunca ter sofrido violência na prisão, contra 14,82% que admitiram já ter sofrido algum tipo de violência na prisão. A seguir serão apresentados os dados relativos ao tipo de violência sofrida.



Gráfico 13: Tipo de violência sofrida na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Dos internos que admitiram ter sofrido violência na prisão, a violência sofrida por estes divide-se em lesão corporal (50%) e ameaças (50%). Tanto a lesão corporal enquanto violência física, como a ameaça enquanto violência psicológica estão presentes nas relações que os sujeitos estabelecem no cárcere.

No período de Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado no PESB, foi possível perceber, que se estabelecem regras internas no cárcere, pois “para os presos que ficam no ‘fundo da cadeia’ surgem outras formas de controle” (GUINDANI, 2001, p. 48). Tais regras estabelecem normas a serem cumpridas, e uma delas é não relatar aos funcionários do presídio, os casos de agressões, que devem ser resolvidos entre os próprios presos.

Estas regras do cárcere, muitas vezes, geram medo no interno que sofre a agressão, pois denunciá-la pode causar o fato de ser novamente vítima da violência. A seguir serão apresentados os dados relativos ao risco de vida na prisão.

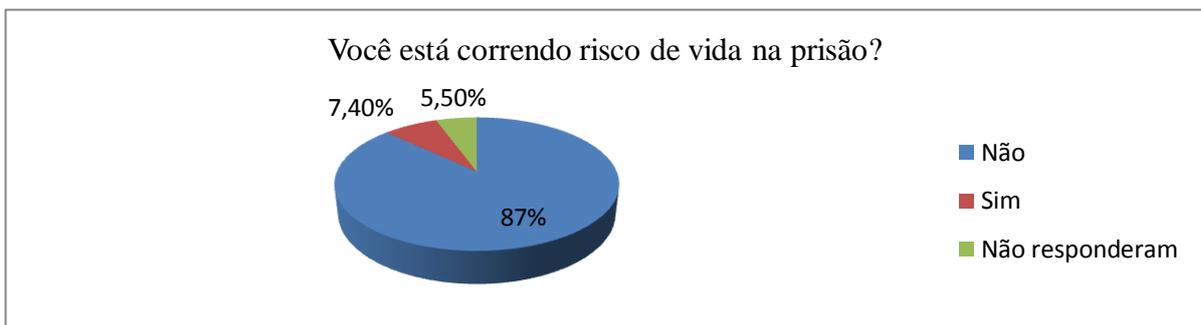


Gráfico 14: Risco de vida na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Conforme o gráfico 14, a maior parte da população carcerária (80%) negaram correr risco de vida na prisão, enquanto 7,40% afirmaram correr este risco. Na maioria dos casos, os que sentem estar correndo o risco de morrer, são os acusados ou condenados por estupro, os

que já têm rixas fora da prisão e lá dentro se encontram com seus rivais ou aqueles que compram drogas dentro da prisão e não conseguem pagar o traficante. A seguir serão apresentados os dados relativos a entrada de armas na prisão.

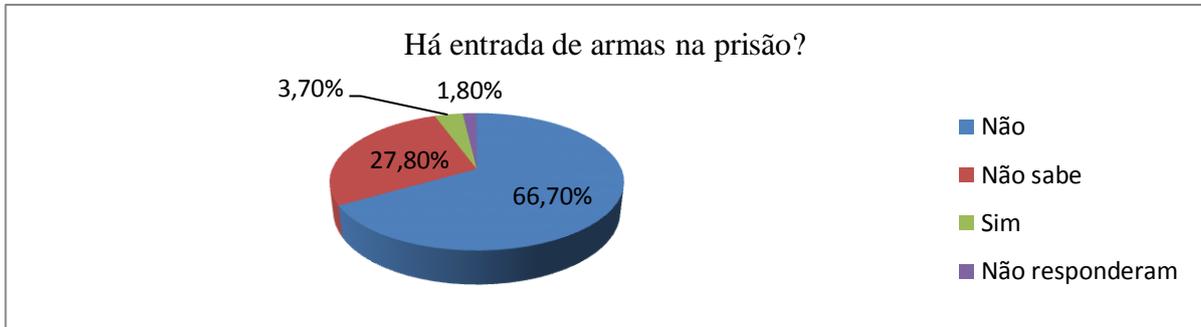


Gráfico 15: Existência de entrada de armas na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Significativa parcela da população (66,70%) respondeu que não havia entrada de armas na prisão, 27,80% afirmaram não ter conhecimento sobre isso, mas pequena parcela (3,70%) afirmou que há entrada de armas na prisão, segundo estas elas entram “As escondidas” e “pela janela”, além disso, são construídas armas artesanais, chamadas de “stock”, que são fabricadas pelos presos com os ferros das janelas internas do presídio. A seguir serão apresentados os dados referentes a entrada de drogas na prisão.



Gráfico 16: Existência de entrada de drogas na prisão
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Sobre a entrada de drogas na prisão, 46,30% afirmaram não saber sobre isso, seguido de outro percentual elevado (42,60%) que responderam não haver entrada de drogas na prisão. Mas como no gráfico anterior, há uma minoria (7,40%) que afirmaram que há entrada de drogas na prisão, “Pela janela” e que “as próprias visitas entram com elas”.

Segundo Guindani (2001), a dependência química, assim como a Aids e a tuberculose atingem grande parcela da população carcerária no Brasil. No período de estágio no PESB percebeu-se que, por mais que seja realizada a revista nas visitas dos presos, não tem sido possível o controle total da entrada de drogas nos presídios. As táticas utilizadas para a entrada de drogas em ambientes carcerários se aperfeiçoam a cada dia, impossibilitando o controle total dessa situação. O próximo gráfico apresenta dados relativos a dependência química no PESB.

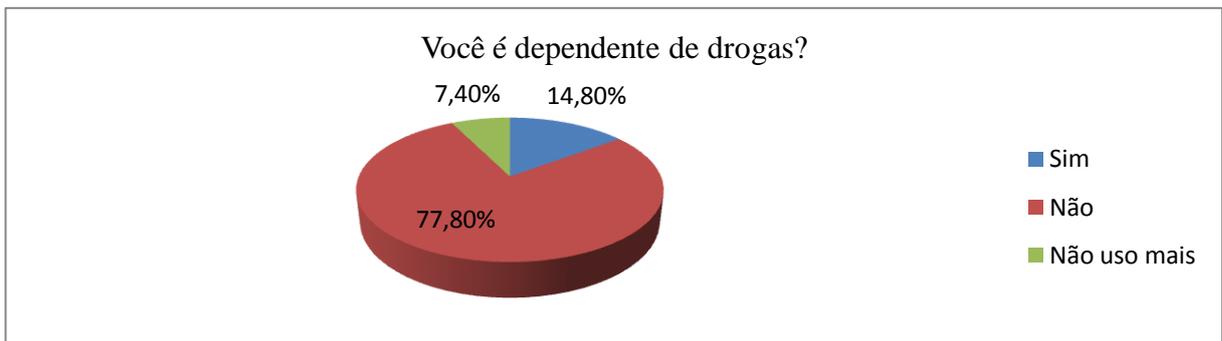


Gráfico 17: Dependência de drogas
Fonte: Sistematização da pesquisadora

Sobre a dependência de drogas, 77,80% da população pesquisada afirmou não fazer uso de drogas, já 14,80% responderam que faziam uso de drogas, entre elas, cocaína, *crack* e maconha. Há ainda 7,40% que revelaram ter parado com o uso de drogas. Após a apresentação dos dados relativos às expressões da violência no PESB, apresenta-se no próximo item a experiência de estágio no PESB.

4.4 Estágio Supervisionado em Serviço Social no PESB

Durante o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no PESB, foi possível conhecer o espaço prisional do município de São Borja e sua forma de organização, bem como compreendê-lo enquanto espaço de atuação profissional do assistente social. Dessa forma, o estágio possibilitou experiência ímpar na formação profissional em Serviço Social.

Esta experiência despertou o interesse em investigar a realidade do interno do PESB, buscando compreender a dinâmica da vida desses sujeitos. Questionavam-se os motivos que levaram aqueles homens e mulheres a entrarem na vida do crime.

Muitas vezes, a acadêmica enquanto passava em um corredor cheio de janelas, de onde se avistava os internos em horário de pátio, se perguntava “Por que estas pessoas vieram parar aqui?”. Esta pergunta surgia sempre que se passava por aquele corredor, que naqueles momentos de questionamento parecia não ter fim.

Esses momentos de questionamentos refletiram-se na pesquisa apresentada neste trabalho, sendo que esta possibilitou compreender a questão da violência social vivenciada pelos sujeitos da pesquisa. Foi possível também compreender sobre a importância do Serviço Social dentro do sistema penitenciário.

O Serviço Social inserido no espaço carcerário deve ser crítico e propositivo diante desta realidade, buscando apropriar-se dos conhecimentos inerentes a esta área de atuação. O assistente social deve ter a clareza de sua função nesse espaço para não cair no pragmatismo profissional.

No período de estágio foi possível perceber que a assistente social era demandada por funções que não eram de sua competência nem de sua atribuição. Percebeu-se ainda a dificuldade em desfazer aquela visão assistencialista que os sujeitos têm sobre a profissão, o que dificulta a efetiva intervenção na realidade carcerária do município.

Percebe-se que o assistente social inserido no sistema penitenciário é demandado a solucionar os problemas de forma prática e rápida, ou seja, “apagar incêndios”. Dessa forma, a reflexão crítica sobre a realidade vivenciada pelo preso e a possível intervenção dificultava-se pela exigência de soluções imediatas para as questões postas diante da realidade.

Em outros termos, o profissional de Serviço Social muitas vezes se vê desestimulado a propor estratégias de intervenção, seja pela precarização do trabalho, falta de recursos humanos e materiais, de espaço e até mesmo de apoio de outros profissionais e da aceitação dos internos. Dessa forma, o caminho a ser percorrido pelo Serviço Social no PESB é árduo, mas deve ser trilhado na busca de conquistar seu espaço e lutar pela garantia dos direitos sociais dos internos.

Devem-se propor alternativas de fortalecimento desses sujeitos que vivem o drama e o estigma do cárcere. É necessário, ainda, instigar o despertar da sociedade para a questão da criminalidade enquanto expressão da questão social, promovendo a inclusão social desses sujeitos vítimas da violência social.

Chama-se a atenção para a importância do Serviço Social no PESB, onde devem ser pensadas propostas de intervenção na realidade desses sujeitos encarcerados pela violência social para não serem mais presas fáceis da violência e da criminalidade. Sugere-se então segundo Guindani:

Que o Tratamento Penal, desenvolvido pelo Serviço Social seja construído a partir do aprofundamento sobre o processo de criminalização – entendido como o processo de fragilização, marginalização, que vivencia o sujeito apenado por diferentes determinantes psico-sócio-econômico-culturais -, que o torna vulnerável à realização de atos considerados criminosos pelo Sistema Penal (GUINDANI, 2002, p. 234).

Dessa forma, o Serviço Social deve proporcionar um espaço de reflexão da violência e da criminalidade, de modo a desvendar as causas reais e assim propor mudanças e ações concretas. Afirma-se a luta pela humanização nas prisões contribuindo, dessa forma, para a cidadania e justiça social.

Defende-se, ainda, a importância do papel do estagiário de Serviço Social dentro da instituição carcerária, enquanto futuro profissional, que traz consigo novas ideias e propostas de intervenção na realidade dos internos. Torna-se importante relembrar que o SSP iniciou suas atividades em 1944, com Maria Ribeiro da Silva Tavares, estagiária de Serviço Social.

Espera-se que através da realização desta pesquisa, bem como da apresentação dos dados coletados sobre a realidade do interno do PESB, seja possível a construção de novas propostas de intervenção na realidade destes sujeitos. Faz-se necessário a realização de trabalho em rede, bem como de trabalho interdisciplinar na instituição, com vistas a alcançar o objetivo de reinserção na sociedade e não reincidência do preso.

Os dados apresentados nesta pesquisa demonstraram que a criminalidade, apreendida no contexto do interno do PESB é o reflexo da violência social na sociedade capitalista. Dessa forma, sugere-se que as propostas de intervenção na realidade do apenado do PESB sejam voltadas para as formas de resistência a essa manifestação da questão social, apreendida na situação de extrema vulnerabilidade social vivenciada por estes sujeitos que trilham a vida do crime.

Tais propostas de intervenção, sejam elas através da educação formal, da oportunidade de cursos profissionalizantes dentro prisão, da criação de parcerias com empresas privadas, visando a inserção do preso no mercado de trabalho, entre outras, necessitam ser executadas no PESB. Para tanto é de extrema importância a articulação entre as diversas categorias profissionais que atuam no sistema carcerário, bem como das representações legais do município, com vistas à transformação da realidade carcerária do município de São Borja.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção deste Trabalho Final de Graduação, foi possível uma maior compreensão acerca da trajetória histórica penitenciária do Rio Grande do Sul e da inserção do Serviço Social no sistema penitenciário gaúcho. Compreendeu-se o processo de construção do Serviço Social Penitenciário enquanto prática direcionada a reintegração social e a humanização da prisão.

Este trabalho também possibilitou o entendimento da pena privativa de liberdade, enquanto meio ineficaz de ressocialização do preso, nos moldes em que vem sendo desenvolvida. O que se discutiu não foi sobre a abolição da pena privativa de liberdade, e sim sobre a não efetivação dos seus objetivos na sociedade. Buscou-se refletir sobre meios de garantia da ressocialização e reinserção do detento na sociedade.

Discutiu-se ainda sobre a função social da prisão que vem ao longo das décadas servindo as classes dominantes, estando ela intrínseca a uma ordem social e econômica vigente, servindo como meio de “limpeza social”, onde aqueles excluídos da sociedade, que vivem em extrema situação de vulnerabilidade social, tidos como sobras da sociedade, são “depositados” nas prisões garantindo a “harmonia social”.

A crítica que aqui se estabelece, sugere a implantação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população que vive à margem da sociedade, desprovida dos meios indispensáveis à vida, corrompidos pela condição econômica de extrema pobreza, e que trilham sozinhos o caminho da invisibilidade, tornando-se presas fáceis da criminalidade e consequente encarceramento nas prisões.

Destaca-se o fato de que não unicamente a pobreza gera a criminalidade, mas o conjunto das situações de extremo descaso e ineficácia das políticas públicas, da situação de risco e vulnerabilidade social, permite que o sujeito, desprovido, desassistido e à margem da sociedade, acabe por adentrar no mundo da criminalidade. Dessa forma, a marginalidade gera a criminalidade, forte impulsionadora da violência, sendo a violência social o foco deste estudo.

Dessa forma, buscando entender essas questões que geram a violência e a criminalidade, este estudo se propôs a conhecer a realidade do sujeito encarcerado no Presídio Estadual de São Borja, analisando a condição socioeconômica do interno e as expressões da violência na instituição carcerária. Tais inquietações advindas do processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social resultaram na realização da pesquisa: Expressões da

violência no Presídio Estadual de São Borja – RS, que se consolidou neste Trabalho final de Graduação.

A partir da análise dos dados coletados foi possível constatar a situação de risco e vulnerabilidade social vivenciada pela população carcerária do PESB, destacando-se nesse contexto a violência social como expressão da violência neste presídio, violência entendida como geradora da exclusão social, que atinge majoritariamente as classes subalternas, desprovidas das condições mínimas de sobrevivência.

Durante o período de estágio, foi possível conhecer as histórias de vida dos sujeitos encarcerados, onde se percebeu que a grande maioria da população entrou no crime pela necessidade financeira e pela falta de oportunidade na sociedade. Em sua maioria, são sujeitos em extrema vulnerabilidade social, considerados “sobras” da sociedade e que nela não conseguem se inserir.

O crime é o caminho “mais fácil” seguido por esta população, desprovida de alimentação adequada, educação formal, habitação digna, apoio familiar, oportunidade de emprego, na tentativa de sustento, enquanto meio ilícito de vida. Nestes casos, os sujeitos não escolhem o crime, mas por ele são escolhidos.

Diante de uma realidade de extrema violência social, o sujeito que rouba de noite, vende o objeto do furto para garantir a alimentação de sua família no dia seguinte. O mesmo ocorre com quem é dependente químico, o furto é o meio de sustento dessa dependência. Situação semelhante ocorre com mães, chefes de família, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional que se utilizam do tráfico de drogas para alimentarem seus filhos.

O que se discute neste momento, é a questão da violência social, buscando não a generalização dos fatos, mas o cuidado com as particularidades de cada caso, levando em consideração a condição de vida dos sujeitos que se envolvem com o crime. Acredita-se que o grande impulsionador da criminalidade e da violência é a situação de risco, ao qual o sujeito que vive à margem da sociedade está exposto.

Por estes motivos apresentados que se afirma a importância do trabalho do assistente social no ambiente carcerário, cenário em que as manifestações da questão social são latentes. O sistema prisional necessita de profissionais comprometidos eticamente com a população carcerária e que desenvolvam uma prática profissional instituinte, voltada para a reintegração social do preso.

No ambiente penitenciário são necessárias práticas sociais comprometidas, participativas, críticas e propositivas. É necessário resgatar as potencialidades destes sujeitos estigmatizados pelo cárcere, suscitando neles o desejo de uma vida digna, seja através do

trabalho, da arte, da educação. Enfim, é preciso despertar, acordar a sociedade para esta parcela da população que vive esquecida pelos demais.

A sociedade que se sente mais tranquila quando aquele que comete o crime está preso, precisa mudar sua forma de pensar, e entender que o melhor acontecerá somente quando o egresso do sistema prisional for reinserido na sociedade e resgatado do crime, enquanto sujeito participante da sociedade e das relações sociais.

A reinserção depende das políticas públicas, das formas de gestão, das pessoas que trabalham no sistema prisional, dos presos e de toda a sociedade. Precisa-se firmar um compromisso em prol de uma sociedade mais justa, igualitária nos acessos aos bens indispensáveis à vida. A sociedade em geral precisa se engajar nesta luta, e tirar a venda dos olhos diante desta realidade, que está presente em seu cotidiano, na televisão, nos jornais, no bairro onde moram, na escola, no trabalho.

Somente o dia em que todos assumirem a responsabilidade, enquanto participantes do processo social e co-responsáveis pela situação vivenciada pela sociedade em geral, será possível o avanço na questão da reintegração social do detento, e a plena garantia dos direitos sociais. Além disso, faz-se necessário a extinção de toda forma de preconceito e discriminação com o preso e o egresso do sistema penitenciário. Para tanto é imprescindível:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS)

Finalizando este trabalho, afirma-se a defesa da cidadania e justiça social - estas defendidas nos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos assistentes Sociais - e a luta contra a pobreza e a desigualdade social, grandes alimentadores da violência e da criminalidade. Defende-se ainda que não se deve lutar contra aqueles que praticam crimes, mas sim contra a violência social que tem atingido as camadas sociais mais vulneráveis. Somente dessa forma, será possível viver em uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta compreensão acerca de uma sociedade mais justa e igualitária foi apreendida ao longo da formação profissional da acadêmica. Os pensamentos do senso comum foram aos poucos se desconstruindo, dando lugar a uma consciência mais crítica da realidade atual da sociedade capitalista.

O processo de formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Pampa proporcionou à acadêmica compreender a dinâmica da sociedade capitalista para além

do aparente, além de fornecer os subsídios teóricos necessários para a intervenção na realidade dos usuários do Serviço Social.

Dessa forma, foi possível a compreensão de que teoria e prática não podem ser dissociadas e que se faz necessário um profissional com competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, para que se tenha a clareza da função social da profissão na sociedade capitalista e que as propostas de intervenção da profissão sejam voltadas para a garantia e plena efetivação dos direitos sociais dos usuários.

Por fim destaca-se que este momento de conclusão do curso de Serviço Social na Unipampa, é apenas o início da formação profissional da acadêmica, pois se faz necessária a formação continuada do profissional, com vistas à qualificação dos serviços prestados a população usuária.

Torna-se importante finalizar este TFG afirmando que, em nenhum momento da carreira profissional do assistente social o real significado da profissão e sua importância na sociedade podem ser esquecidos. A profissão deve ser defendida sempre por meio da clareza de sua Lei de Regulamentação, assim como os princípios fundamentais do código de ética do assistente social, devem estar sempre presentes na atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). **Brasília – dimensões da violência urbana**. Brasília: Ed. UnB, 2005.

ALVES, José Deques. Do tratamento penal à reinserção social do criminoso. Pós-Graduação em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional. Universidade Federal do Paraná, 2002. Disponível em <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_josedequ.es.pdf>. Acesso em 17 out. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITENCOURT, Cezar Roberto. O objetivo ressocializador na visão da criminologia crítica. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. V. 662, p. 247-255, dez. 1990.

BIZATTO. Francieli A. Correa. **A pena privativa de liberdade e a ressocialização do apenado**: uma reavaliação das políticas existentes no sistema prisional. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí – SC, 2005. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Francieli%20Bizatto.pdf>>. Acesso em 17 out. 2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. v. 7, n. 2, p. 305-315. Porto Alegre, jul/dez, 2008.

_____ A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**. vol. 10. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300005&script=sci_arttext>. Acesso em 18 out. 2011.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>

BRIGUENTI, Edileine Costa; CARLOS, Maria Carolina Carvalho de; MALAMAM, Silvana. **Uma apreensão crítica do cárcere feminino**: A intervenção do Serviço social à luz da liberdade. FIAET, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/888/867>>. Acesso em: 18 out. 2011.

CASTEL. R. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

DORNELES, J. R. W. **O que é crime**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, p. 21-35. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Alternativas metodológicas da pesquisa em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 21, p. 05-17. São Paulo: Cortez, 1986.

FERNANDES, Emanuella Cristina Pereira. **O desvirtuamento do caráter ressocializador das penas privativas de liberdade**. Jus Navigandi, Teresina, a. 4, n. 36, Nov. 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/955/o-desvirtuamento-do-carater-ressocializador-das-penas-privativas-de-liberdade>>. Acesso em 17 out. 2011.

FRAGA, Cristina Kologeski; CONSUL, Julio Cezar Dal Paz. A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência do preso nas Penitenciárias de Passo Fundo e Erechim/RS. Relatório de Pesquisa. Unipampa-IMED, 2011.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 40-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O acidente em serviço na Polícia Militar: A violência Expressa nas feridas visíveis e nas marcas invisíveis das feridas**. Passo Fundo: IMED, 2010.

_____. Problematizando a categoria Violência no ensino em Serviço Social. In: GOERCK et al. **Múltiplas faces da questão social: o objeto de trabalho do assistente social em expressão**. Porto Alegre: Faith, 2009, p. 145-166.

_____. (coord.). A construção de mecanismos sociais que contribuem na reincidência do preso na Penitenciária de São Luiz Gonzaga/RS. Relatório de Pesquisa. Unipampa – 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. A violência simbólica e a prisão contemporânea. **Civitas – Revista De Ciências Sociais**, Ano I, nº 2, dez. 2001, p. 99-112. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/78/77>>. Acesso em 17 out. 2011.

_____. Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol. 22, n. 67, p. 38-52. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Violência & Prisão: uma viagem na busca de um olhar complexo.* (Doutorado em Serviço Social) Porto Alegre: PUCRS, 2002.

HAMBURGO, Joana de. **A Contribuição do Servidor Penitenciário na Integração Social do Sujeito Preso sob o Olhar do Serviço Social.** Carazinho, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação para jovens e adultos privados de liberdade: desafios para a política de reinserção social. IN: BRASIL. Salto para o futuro: EJA e Educação Prisional. Brasília: SEED-MEC, 2007. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/154418Educacaooprisional.pdf>>. Acesso em 19 out. 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica dialética.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARQUES JUNIOR, Gessé. **“Quem entra com estupro é estupro”:** avaliações e representações de juízes e promotores frente à violência no cárcere. Piracicaba, 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/cp037977.pdf>>. Acesso em 17 out. 2011

MENDONÇA, Claudiana da Silva; PESSOA, Raimundo Wellington Araújo. **A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado.** Panóptica. Ed. 14. 2008. Disponível em: <http://www.panoptica.org/novfev2009/PANOPTICA_014_IV_54_82.pdf>. Acesso 17 out. 2011.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINHOTO, Laurindo Dias. **O paradoxo penitenciário.** Integração, Ano XI, nº 42, jul - set. 2005, p. 229-234. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/229_42.pdf>. Acesso em 17 out. 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de lima. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis.** Florianópolis. V. 10, n. esp. P. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>

ODALIA, Nilo. **O que é a violência.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PIRES, Sandra Regina de Abreu. O Crime, a Pena e a Prisão: o Paradigma da Vingança e da Recuperação. **Serviço Social em Revista**. Vol. 11, nº 1, jul/dez, 2008. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/44%20o%20crime%20a%20pena%20e%20a%20prisao.pdf>>. Acesso em 17 out. 2011.

PRATES, Jane. Planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**. Ano 4, n. 7, jan/jun. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

_____. Metodologia de pesquisa para populações de rua: alternativas de enfrentamento pelo poder local. **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº 64, São Paulo: Cortez, jan/mar 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Disciplinar Penitenciário**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/criminal/legislacao/id4408.htm>>. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. Secretaria da Segurança Pública. **Superintendência dos Serviços Penitenciários**. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=1>. Acesso em: 18 out. 2011.

SALLA, Fernando. Rebeliões na prisões brasileiras. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol. 22, nº 67, 2001, p. 18-37.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. Ed. Rio de Janeiro; Lamparina, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Justiceiros: profissionais da morte?** In: Violência e o mundo do trabalho. Brasília: Editora UFG, 2001, p.205-226

_____. Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana. **Revista Textos e Contextos**, nº 2, ano II, dez. 2003, 15p.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol. 22, nº 67, p. 53-75. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo; BIL, MV; ATHAYDE. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados 21 (61), 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a06v2161.pdf>>. Acesso em 17 out. 2011.

SODRÉ, Muniz. **O Social Irrradiado: violência urbana, negrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, PR, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipação>>. Acesso em 21 de julho de 2010.

TORRES, Andréa Almeida. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol. 22, nº 67, p. 76-92. São Paulo: Cortez, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VACILOTTO, Isabel Ferreira. O Serviço Social no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul: uma visão crítica. In: **Revista da Escola do serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul**. Ano II, nº 6, jan/mar, 1991.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

WOLFF, Maria Palma. **Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua evolução e Problemática – 1953-1989**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUCRS. Porto Alegre, 1990.

Apêndice A - Questionário da Pesquisa

Prezado (a) Senhor(a)!

Esse questionário foi elaborado para fins de coletar dados para uma pesquisa que tem como objetivo analisar as diversas formas de expressão da violência identificadas no Presídio Estadual de São Borja/RS. *O questionário foi elaborado por pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Pampa – Unipampa e as questões respondidas por você serão fundamentais para se conhecer a realidade prisional. Esclarecemos que para responder ao questionário você não precisa colocar o seu nome ou qualquer tipo de identificação.*

Se você concordar em participar, por gentileza, responda ao presente questionário.

Profª Drª Cristina Fraga

Coordenadora da Pesquisa

1) Qual a sua situação na justiça?

- () condenado pelos artigo(s) _____
 () acusado pelo artigo (s) _____

2) Quantas entradas você tem na prisão?

- () Uma entrada
 () Duas entradas
 () Mais de duas entradas. Quantas? _____

3) Qual é o seu sexo?

- () masculino
 () feminino

4) Qual a sua idade?

- () 18 a 24 anos
 () 25 a 29 anos
 () 30 a 34 anos
 () 35 a 45 anos
 () 46 a 60 anos
 () mais de 60 anos

5) Qual é sua cor?

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

6) Qual é a sua escolaridade?

- nenhuma, sou analfabeto
- Alfabetizado
- Completei o Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto

7) Qual a sua situação civil?

- ajuntado
- Casado
- Separado
- Divorciado
- Viúvo
- Solteiro

8) Você tem filhos

- não
- sim. São registrados? _____ Quantos? _____

9) Quem são as pessoas que vêm lhe visitar?

- pai
- mãe
- companheira
- namorada
- amigos
- parentes
- ninguém

10) O que você pensa sobre a visita de crianças na prisão?

- sou favorável em qualquer caso
- sou favorável para filhos
- sou contra. Por quê? _____

11) O que você pensa sobre a visita de adolescentes na prisão?

sou favorável em qualquer caso

sou favorável para filhos

sou contra. Por que? _____

12) Você costuma receber visita íntima?

sim

as vezes

não

13) Como você avalia as relações entre a sua família?

excelente

boa

regular

péssimas

não sabe

14) Você tem ou teve algum problema com a família depois de preso?

não

talvez, não parei para pensar

sim. Qual problema? _____

15) Qual é a renda atual da sua família?

menos de 1 salário mínimo

de 1 a 2 salários mínimos

de 3 a 4 salários mínimos

de 5 a 6 salários mínimos

de 7 a 8 salários mínimos

de 9 a 10 salários mínimos

mais de 11 salários mínimos

16) De onde provém essa renda?

comércio

serviços

funcionário público

autônomo

agricultura

indústria

segurança

educação

- benefícios
- outro _____

17) Você é dependente de drogas?

- não
- sim, qual (is)? _____

18) Você já cumpriu medida sócio-educativa quando era menor de idade?

- não
- sim Por que? _____

19) Quantos anos você tinha quando praticou o primeiro delito?

- menos de 18 anos
- entre 18 e 20 anos
- entre 20 a 22 anos
- mais de 23 anos

20) Antes da prisão, qual era a sua forma de conseguir dinheiro?

- trabalhava com carteira assinada
- trabalhava como autônomo
- fazia biscates
- furtava, roubava
- outros _____

21) Qual o primeiro delito que você praticou?

- tráfico
- furto
- roubo
- homicídio
- latrocínio
- lesão corporal
- formação de quadrilha
- outro _____

22) O que você faz para passar o tempo na prisão?

- não faço nada
- trabalho
- leio
- assisto TV
- uso drogas
- escuto rádio
- rezo

- () durmo
() outros _____

23) Você já se envolveu em brigas na penitenciária?

- () não
() sim. Por quê? _____

24) Você já sofreu violência nesta penitenciária?

- () não
() sim. Como? _____

25) Se a resposta na questão anterior foi sim, qual tipo de violência você já sofreu?

- () lesão corporal
() ameaças
() chantagem
() extorsão
() Violência Sexual
() outros _____

26) Você está correndo risco de vida na prisão?

- () não
() sim. Por quê? _____

27) Quem estabelece as regras aqui nesta penitenciária?

- () O agente penitenciário
() o diretor do presídio
() todos os funcionários do presídio
() os próprios presos
() outros _____

28) Há entrada de armas na prisão?

- () não
() não sabe
() sim. Como? _____

29) Há entrada de drogas na prisão?

- () não
() não sabe
() sim. Como? _____

30) Você já sentiu vontade de se matar?

- () não
() sim. Por quê? _____

31) Você é a favor da pena de morte?

Não

Sim. Para que tipo de crime? _____

32) Você contraiu alguma doença na prisão?

não

não sei

sim. Qual (is)? _____

33) Você é HIV positivo?

sim

não

não sabe com certeza

34) Você faz ou já fez algum tratamento de saúde na prisão?

não

sim qual? _____

35) O que você considera pior na cadeia?

o tempo que não passa

as condições de alojamento

a super-lotação

o tratamento dispensado aos presos

outros _____

36) O que você considera que tem de melhor na penitenciária?

a alimentação

o alojamento

biblioteca

assistência ao preso

segurança

nada

37) Na sua opinião, o que contribui para a reincidência penal?

falta de oportunidades de trabalho

o retorno ao mesmo meio onde vivia antes da prisão

preconceito da sociedade com o ex-preso

outros _____

Apêndice B – Folha informativa aos apenados participantes da pesquisa

A pesquisa denominada *Expressões da violência no Presídio Estadual de São Borja - RS* sob a responsabilidade da Profa. Doutora Cristina Kologeski Fraga, é vinculada à Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/ Campus São Borja. Tem como objetivo analisar as diversas formas de expressão da violência identificadas no Presídio Estadual de São Borja/RS e se justifica pela necessidade de se conhecer a realidade dos presídios do interior do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, sua participação será extremamente importante, visto que não há outra forma de se aproximar da realidade prisional sem a participação de quem convive no dia-a-dia nesse espaço.

Esclarecemos que todas as informações serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa e, para isso, não se solicita qualquer tipo de identificação sua, pois o que importa são as respostas e o fato delas serem respondidas por você, alguém que vive a realidade prisional. Caso concorde em responder esse questionário não sofrerá nenhum risco ou dano.

Caso desejar ter outras explicações sobre este projeto, poderá entrar em contato com os pesquisadores por meio do telefone da Universidade Federal do Pampa – Unipampa pelo número (55) 3430-43-39, nos horários das 08h30min – 12h no turno da manhã ou, ainda, nos horários das 13h30min às 18h, no turno da tarde. Ressalto que as ligações podem ser realizadas inclusive a cobrar. Ainda em caso de dúvida poderá contatar o Comitê de Ética da Unipampa por meio do e-mail cep@unipampa.edu.br ou, ainda, pelo endereço da página <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/propesq/comite-de-etica-em-pesquisa/>.

Agradecemos a sua atenção e nos colocamos a disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Professora Cristina Kologeski Fraga

Curso de Serviço Social da Unipampa